

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prestação de Contas Simplificada

2001



Controladoria Geral do Município

Apresentação	04
Destaques do Período	05
Diagrama da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa em 2001	06
Origens e Comprometimento de Recursos Orçamentários	07
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos – Gráficos e Tabelas	08
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos por Funções	10
Superávit/Déficit Orçamentário	11
Da Receita Orçamentária	12
Da Despesa Orçamentária	17
Despesa por Órgão	20
Poder Executivo – Atividade/Meio	21
Poder Executivo – Atividade/Fim	22
Despesa por Funções de Governo – Composição	23
Evolução Anual	24
Participação Percentual	25
Aplicação de Recursos em Projetos	26
Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação	27
Demonstração da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	27
Demonstração da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Simulação	28
Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	30
Despesas com Pessoal	31
Demonstrativos Contábeis	32
Balanço Orçamentário	35
Balanço Financeiro	36
Balanço Patrimonial	38
Demonstrativos das Variações Patrimoniais	40
Notas Explicativas	42
Metas Fiscais	44
Resultado Primário	48
Contas a Pagar x Disponibilidades	49
Equipes de Elaboração da Prestação de Contas Simplificada	50

Prestação de Contas Simplificada – Exercício de 2001

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – art. 97, que determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades nesta Prestação de Contas Simplificada.

A Prestação de Contas Simplificada enfatiza a necessidade da contabilidade assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades da população, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas à sociedade.

Este relatório resumido é uma prestação de contas com características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Objetivando à transparência da gestão pública municipal, e utilizando dados extraídos do seu Sistema de Informações Gerenciais – SIG, a CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos da Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferecem à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 1997 a 2001. Sob esse aspecto, é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciem a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro.

Segundo os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP¹, o índice de execução das receitas correntes no exercício de 2001 pode ser considerado bom. O desempenho das receitas de capital, em relação à sua previsão, revela que a Prefeitura não precisou recorrer a operações de crédito, o que contribuiu para diminuir o crescimento da dívida consolidada do Município. É importante salientar que estas avaliações referem-se unicamente a aspectos financeiros, não refletindo eficiência ou eficácia das ações.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apresenta índice de comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada inferior ao determinado pelo Senado Federal, por meio da Resolução n.º 43, de 26 de dezembro de 2001, que estipula um teto de 11,5% da receita corrente líquida. Tal fato se repete quando analisamos o montante global das liberações de recursos de operações de crédito recebidas em um exercício financeiro. Para este caso, a legislação prevê um limite de 16% da receita corrente líquida, enquanto o Município atingiu o patamar de 1,9% em 2001. Tal posição deve-se à renegociação da dívida realizada em 1º de julho de 1999.

Outro destaque da administração municipal no exercício financeiro de 2001 foi a redução da participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Em dezembro de 2000, as despesas com pessoal consumiram 51,91% da RCL, caindo para 47,67% no mesmo mês de 2001, abaixo do limite prudencial estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal fato ocorreu apesar do aumento nominal do valor gasto com despesa de pessoal (de R\$ 2.171.182 mil para R\$ 2.355.193 mil), e é explicado pelo crescimento da receita corrente líquida arrecadada em 2001.

A aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal constitui um aprendizado para todos os que se dedicam ao sistema de controle e indica que os governos devem buscar uma gestão fiscal responsável e equilibrada dos recursos públicos. Neste sentido, há duas maneiras de se enquadrar na LRF: reduzindo a despesa ou aumentando a receita. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, imbuída em fazer valer o espírito da lei, procurou adotar as duas alternativas.

Com estas observações enfatizamos o aspecto da prática efetiva do accountability, que decorre da obrigatoriedade de prestação de contas, sendo dever dos governos identificar o custo integral dos destinatários de suas ações – partindo do input de todos os gastos necessários até o output decorrente de sua formação, gerando informes globais das ações do Governo – sob pena de estarmos, paradoxalmente, transformando cada vez mais o orçamento em um instrumento transparente, porque discutido de modo legítimo com a participação da sociedade, mas também em um documento hermético quando da sua execução.

¹ Critérios de avaliação da execução do orçamento da receita e da despesa adotados pela ABOP: diferença de 2,5 a 5% - bom

RECEITAS

- A primeira observação que desejamos fazer é que a inflação medida pelo IPCA-E, índice utilizado pela Prefeitura para atualização de seus tributos e algumas despesas, foi de 7,51% em 2001.
- A Receita Total acumulada até dezembro de 2001 foi MR\$ 5.064.210; comparada com o mesmo período em 2000, apresentou um incremento nominal de MR\$ 665.636, ou seja, 15,13%.
- As Receitas Correntes do Município corresponderam a 98% do total, cabendo os restantes 2% às Receitas de Capital.
- Dentro do grupamento de Receitas Correntes, cabe destacar a participação da Receita Tributária, que correspondeu a 38% da Receita Total e 39% da Receita Corrente. Outro destaque foi as Transferências Correntes, que corresponderam a 45% da Receita Total e 46 % da Receita Corrente.
- A Receita Tributária apresentou em 2001 um acréscimo de 9,22% em relação à 2000. Em moeda isto representou MR\$ 163.362.
- O ISS e o IPTU vêm se mantendo, ano após ano, na liderança das Receitas Tributárias (57,71% e 36,26% respectivamente em 2001). Destaca-se nas receitas de Impostos que a evolução do ISS vem crescendo significativamente desde 1999 até 2001, em patamares percentuais de 14,12% e 12,35%, o que representa em valores nominais, crescimentos de MR\$ 112.507 e MR\$ 112.299.
- As Transferências Correntes apresentaram um acréscimo de 8,74 % em relação ao ano de 2001.
- Devemos destacar entre as receitas, a de Aplicações Financeiras. Esta, obteve o maior aumento percentual, chegando a impressionante marca de 458,40%. Em termos nominais os números são MR\$ 87.003 em 2000 e MR\$ 485.832 em 2001.

DESPESAS

- A Despesa Total Empenhada de MR\$ 4.309.661, no exercício de 2001, apresentou um aumento nominal de MR\$ 114.652, representando uma variação de 2,73% em relação ao exercício anterior.
- Da Despesa Total em 2001, 90% foram Despesas Correntes e somente 10% Despesas de Capital.
- No tocante as Despesas de Capital, a parcela referente a Investimentos foi responsável por 50,99% dos recursos públicos.
- As funções de governo "Educação e Cultura", "Saúde e Saneamento", "Administração e Planejamento" e "Habitação e Urbanismo" representaram respectivamente, com 29%, 24%, 20% e 10% do total da despesa.

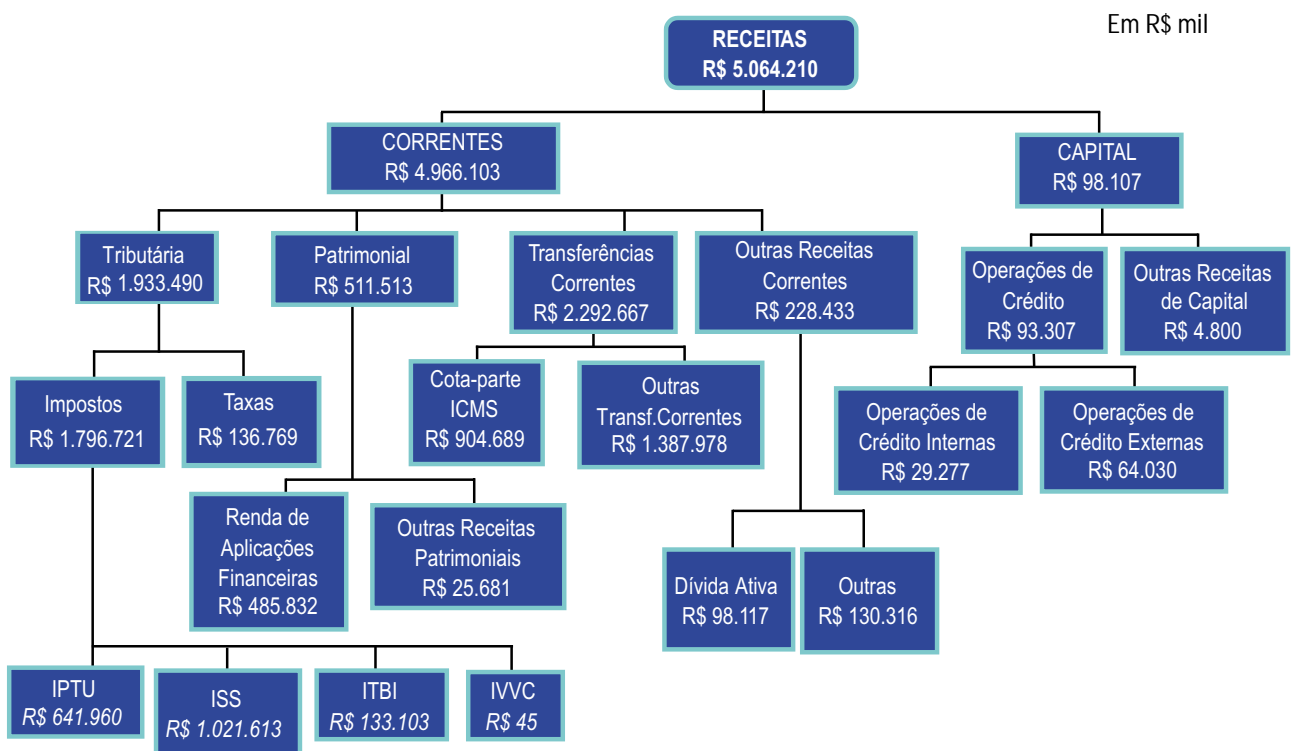
A aplicação dos recursos nos 267 Programas de Trabalho do Município voltados para projetos teve o total empenhado em 2001 de MR\$ 361.813.

- A despesa aplicada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou 31,95 % do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, atendendo ao disposto na Constituição Federal (25%).
- A Despesa Total de Pessoal (Adm. Direta e Indireta) liquidada, atingiu 47,67% do total da Receita Corrente arrecadada, estando dentro dos limites da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (LRF), que fixa um patamar máximo de 60%.

SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

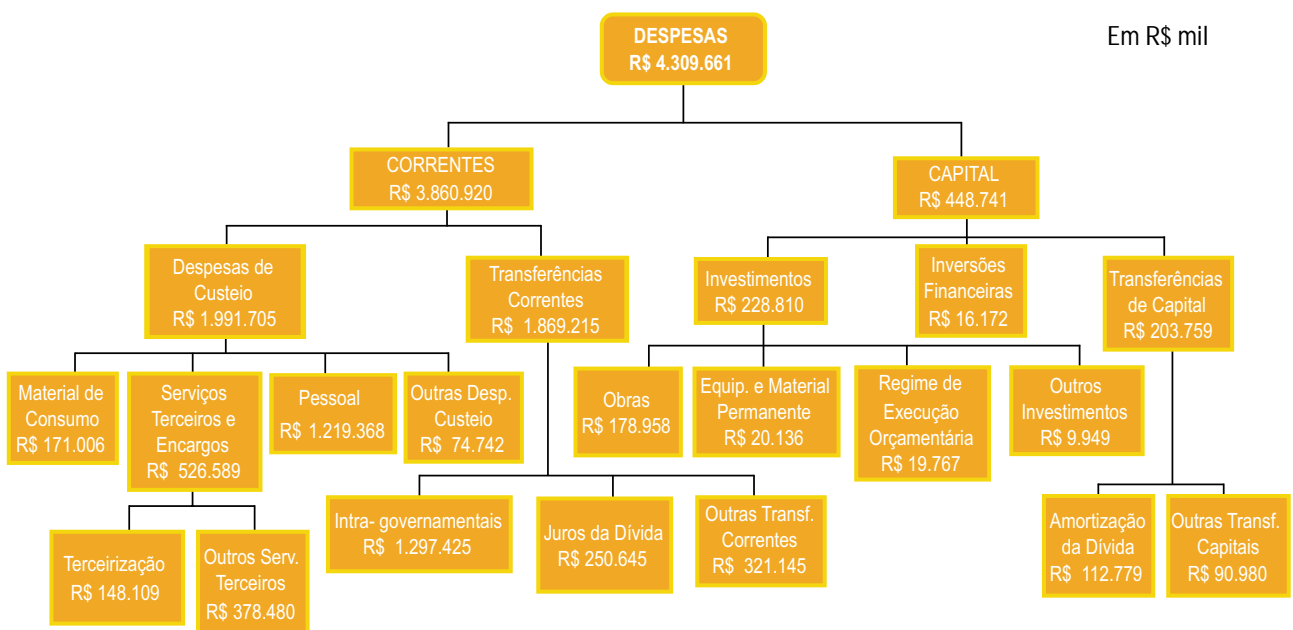
- Confrontando-se a despesa empenha até dezembro/2001 (MR\$ 4.309.661) com a receita arrecadada no mesmo período (MR\$ 5.064.210), apuramos um superávit orçamentário de MR\$ 754.549.
- Enfatizamos que com uma melhor gestão dos recursos públicos, a Prefeitura do Rio de Janeiro conseguiu reverter um déficit de (MR\$ 298.420) em 1997, para um superávit de MR\$ 754.549 em 2001. Somente a variação de 2000 para 2001 alcançou um percentual de 270,66%.

Diagrama da Execução Orçamentária da Receita em 2001 – Administração Direta



OBS1: Em "Outras Receitas Correntes" estão incluídos os valores da receita da Dívida Ativa, que é basicamente Tributária.

Diagrama da Execução Orçamentária da Despesa Empenhada em 2001 – Administração Direta



OBS 1: Estão classificados como "Outras Transferências de Capital" os repasses para a Administração Indireta, destinados a investimentos ou inversões financeiras, como por exemplo a execução de obras.

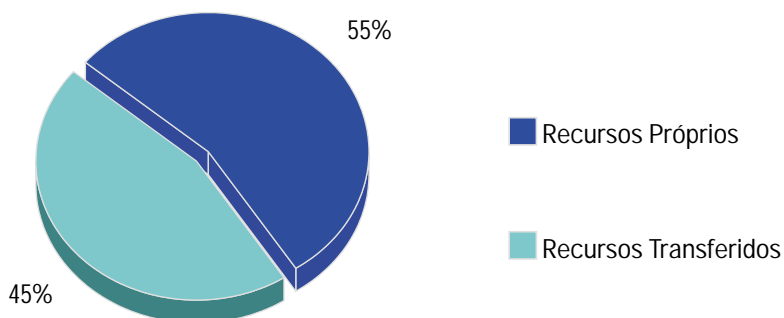
OBS 2: O conceito de Despesa com Pessoal do Município inclui os valores de Transferências a Pessoas.

A Controladoria Geral do Município, utilizando o Sistema de Informações Gerenciais - SIG -, apresenta os resultados mais relevantes do exercício encerrado em 31/12/2001 relativos à composição da Execução Orçamentária da Administração Direta, sendo que para os valores apresentados neste informativo, considera-se a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada, sempre em milhares de reais.

Nos gráficos a seguir é demonstrado, em percentuais, o comportamento das principais fontes de recursos do Município, bem como as aplicações efetuadas por função de governo:

DE ONDE O DINHEIRO VEM ?

RECEITA POR ORIGEM

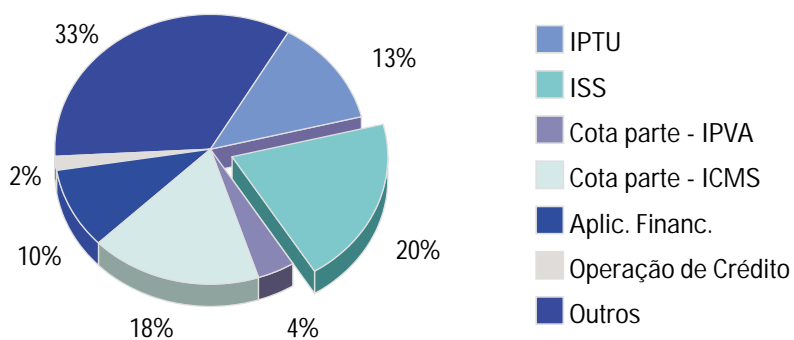


Receita		
item	Valor	%
Recursos Próprios	2.767.246	55
Recursos Transferidos	2.296.964	45

Total	5.064.210	100
--------------	------------------	------------

Em R\$ mil

RECEITA POR RUBRICA



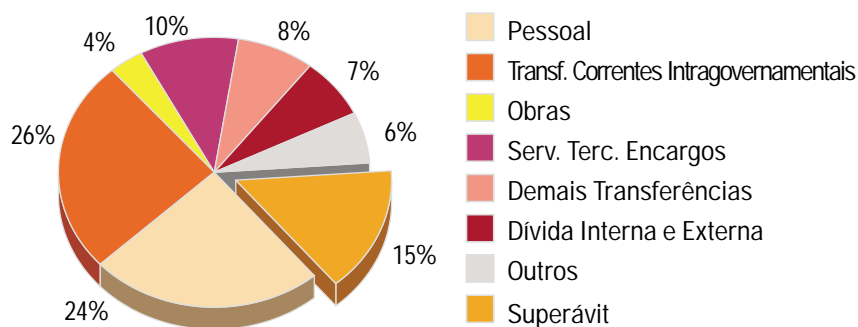
Receita		
item	Valor	%
IPTU	641.960	13
ISS	1.021.613	20
Cota parte - IPVA	192.719	4
Cota parte - ICMS	904.689	18
Aplic. Financ.	485.832	10
Operação de Crédito	93.307	2
Outros	1.724.090	33

Total	5.064.210	100
--------------	------------------	------------

Em R\$ mil

PARA ONDE O DINHEIRO VAI?

DESPESA POR NATUREZA



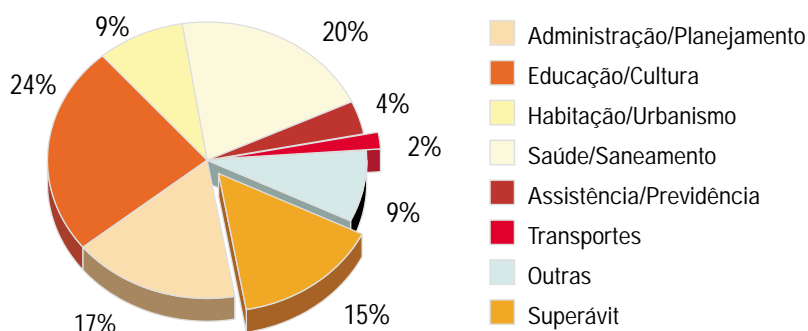
Notas:

- Pessoal** (inclui Transferências a Pessoas)
- Dívida Interna e Externa** (inclui Amortização, Encargos e Juros)

Despesa		
item	Valor	%
Pessoal 1*	1.219.368	24
Transf. Correntes Intragovernamentais	1.297.425	26
Obras	178.958	4
Serv. Terc. Encargos	526.589	10
Demais Transferências	412.125	8
Dívida Interna e Externa 2*	363.424	7
Outros	311.772	6
Superávit	754.549	15
Total	5.064.210	100

Em R\$ mil

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO



Obs: O conceito de despesa na função "Educação e Cultura" não é o mesmo do utilizado com aplicação em "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino", o que pode ser acompanhado na página 27.

Despesa		
item	Valor	%
Administração/Planejamento	864.840	17
Educação/Cultura	1.232.475	24
Habituação/Urbanismo	449.427	9
Saúde/Saneamento	1.041.908	20
Assistência/Previdência	200.489	4
Transportes	99.033	2
Outras	421.489	9
Superávit	754.549	15
Total	5.064.210	100

Em R\$ mil

Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos por Funções

O quadro abaixo compara a Receita Arrecadada (Própria e Transferida) com a Despesa Empenhada no exercício de 2001, classificada segundo as Funções de Governo. As Funções representam as áreas de atuação do Governo na busca do desenvolvimento das políticas públicas estabelecidas na Lei de Orçamento indicando um maior nível de agregação de suas ações.

A Função de Governo com maior aplicação neste exercício foi a de "Educação e Cultura", com 24% do total, seguida pela "Saúde e Saneamento", "Administração e Planejamento" e "Habitação e Urbanismo", respectivamente com 20%, 17% e 9% do total da despesa.

Deve-se esclarecer que é na função "Administração e Planejamento" que são classificados gastos gerais com a manutenção administrativa, bem como encargos com a amortização da Dívida Interna e Externa; gastos com Previdência Social de inativos e pensionistas, dentre outros.

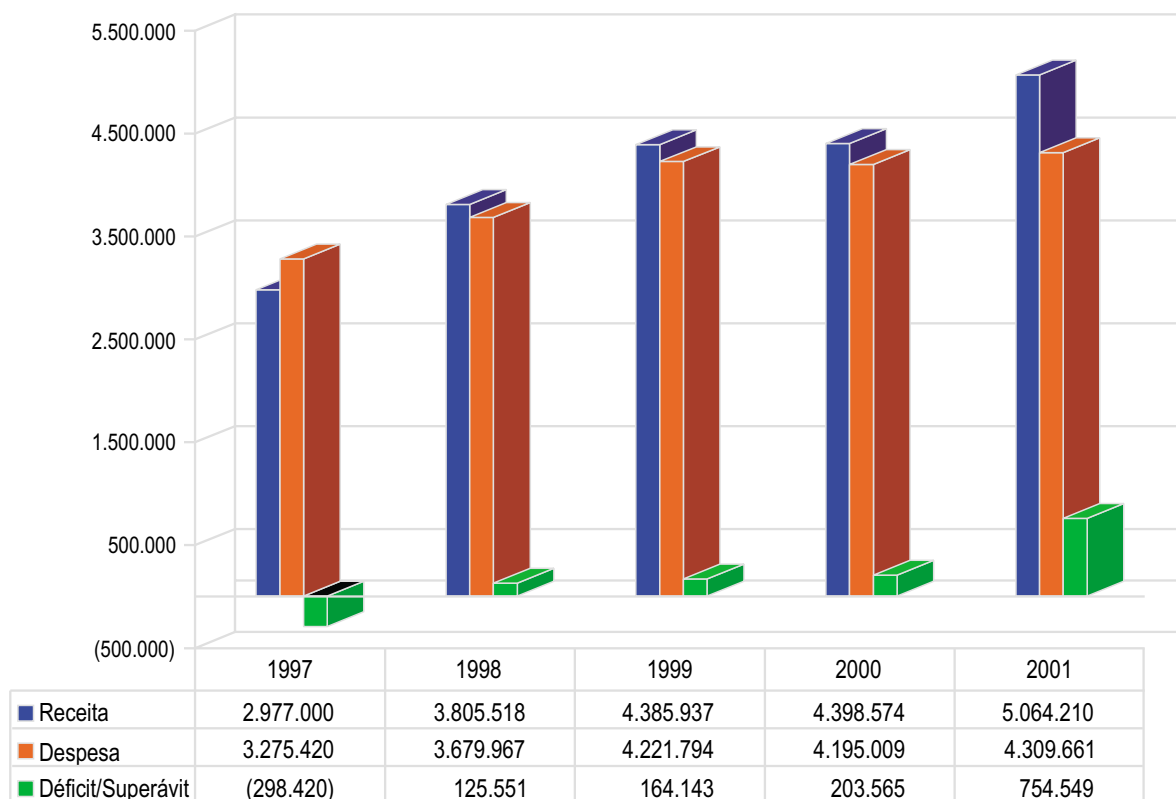
Receita Arrecadada	Valor	%
Recursos Próprios	2.767.246	55
Receita Tributária	1.933.490	38
IPTU	641.960	13
ISS	1.021.613	20
IVVC	45	0
ITBI	133.103	3
Outras Receitas Tributárias	136.769	2
Rend. Aplicações Financeiras	485.832	10
Oper. Crédito (Empréstimos)	93.307	2
Outras Recursos Próprios	254.617	5
Recursos Transferidos	2.296.964	45
Fund. Nac. Saúde - SUS	593.612	12
FUNDEF	322.192	6
Cota-parte IPVA	192.719	4
Cota-parte ICMS	904.689	18
Outros Recursos Transferidos	283.752	5
Total da Receita	5.064.210	100
Déficit Orçamentário	-	0
Total Geral	5.064.210	100

Em R\$ mil

Despesa Realizada	Valor	%
Educação e Cultura	1.232.475	24
Saúde e Saneamento	1.041.908	20
Administração e Planejamento	864.840	17
Habitação e Urbanismo	449.427	9
Assistência e Previdência	200.489	4
Transportes	99.033	2
Outras Funções	421.489	9
Legislativa	214.829	4
Judiciária	37.381	1
Defesa Nacional e Segurança Pública	94.588	2
Indústria, Comércio e Serviços	72.216	2
Trabalho	2.475	0
Total da Despesa	4.309.661	85
Superávit Orçamentário	754.549	15
Total Geral	5.064.210	100

Em R\$ mil

Confrontando-se a despesa empenhada até dezembro/2001 (MR\$ 4.309.661) com a receita auferida no mesmo período (MR\$ 5.064.210), apura-se um superávit orçamentário de MR\$ 754.549. Por outro lado, a comparação dos cinco últimos exercícios é apresentada a seguir:



Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

Em R\$ mil

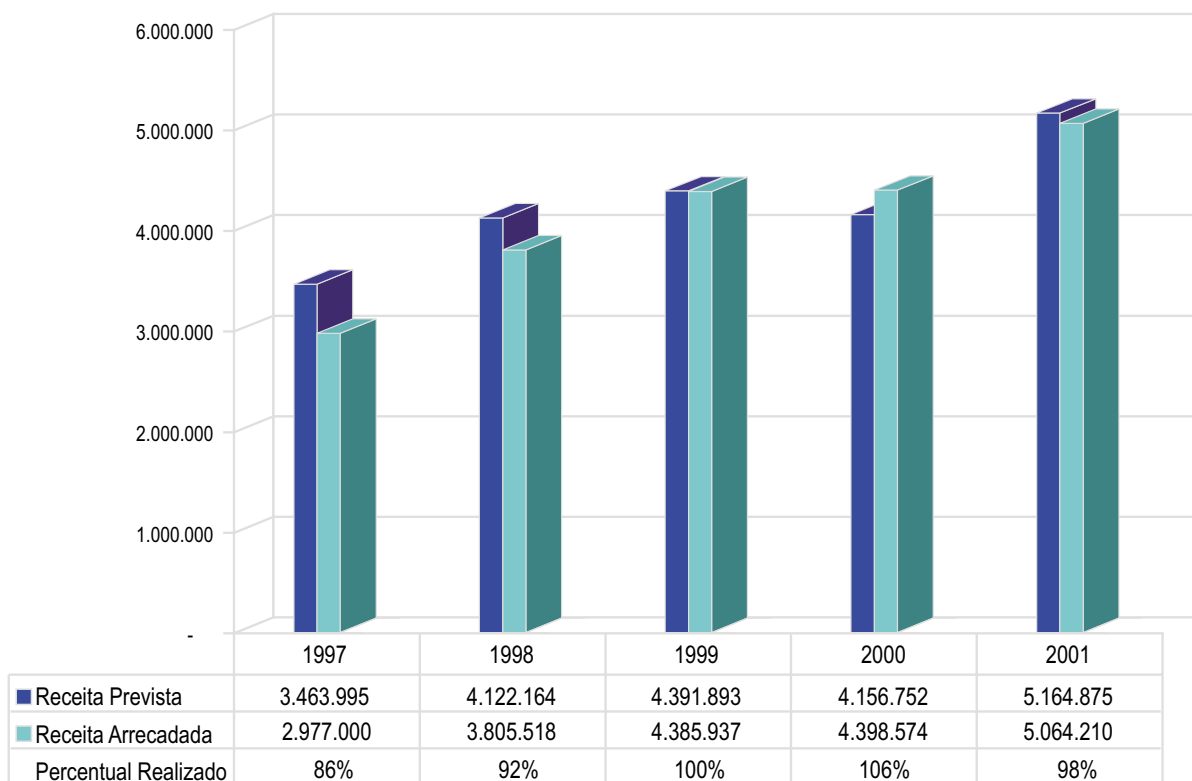
O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos da constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 1997 a 2001 é apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que em 2001 a receita realizada totalizou MR\$ 5.064.210, inferior em MR\$ 100.665 ao valor previsto de MR\$ 5.164.875, ou seja, -2%.

RECEITA PREVISTA X ARREDADADA



Em R\$ mil

A Receita Total, no ano de 2001, alcançou MR\$ 5.064.210 que, comparada a 2000, apresentou um acréscimo nominal de MR\$ 665.636, ou seja, 15%. Este desempenho favorável teve como origem o aumento de 17% nas Receitas Correntes, principalmente devido ao incremento de MR\$ 407.792 (393%) na Receita Patrimonial, onde destaca-se as Receitas com Aplicações Financeiras, em relação ao ano de 2000. Por sua vez, observa-se um decréscimo de 36% na Receita de Capital, notadamente nas rubricas referentes à Operações de Crédito (Títulos do Tesouro Municipal e Outras Operações de Crédito Internas). Com relação à composição da Receita Tributária em 2001, observa-se um incremento de 9% em relação a 2000, basicamente devido ao aumento da receita de ISS, na ordem de 12%. Ainda dentro desta categoria, as Transferências da União tiveram um incremento de MR\$ 41.766, cerca de 5%.

Releva notar ainda que as Transferências da União representam 16% das Receitas Totais e as Transferências do Estado, 29%. Juntas equivalem a 45% das Receitas Totais e 46% das Receitas Correntes.

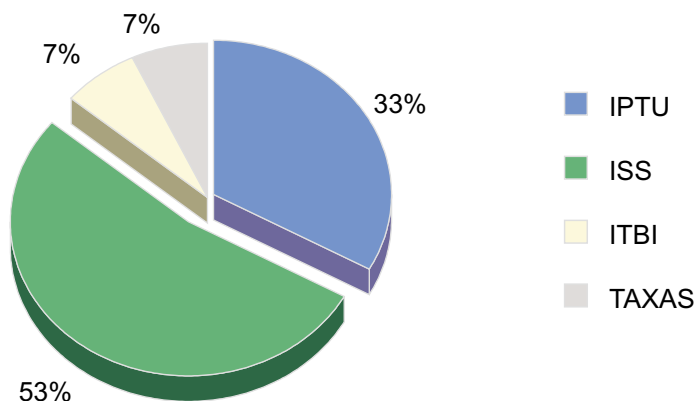
Abaixo é apresentada a execução da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação. As Receitas Correntes corresponderam, em 2001, a 98% do total, cabendo os 2% restantes às Receitas de Capital.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%
TOTAL DAS RECEITAS	2.977.000	100	3.805.518	100	4.385.937	100	4.398.574	100	5.064.210	100
RECEITAS CORRENTES	2.459.617	83	3.138.093	83	3.734.046	86	4.245.902	97	4.966.103	98
Receita Tributária	1.406.176	47	1.580.324	42	1.647.949	38	1.770.128	41	1.933.490	38
Impostos	1.171.497	39	1.302.603	35	1.510.036	35	1.636.469	38	1.796.721	36
IPTU	379.562	13	443.112	12	594.117	14	596.290	14	641.960	13
ISS	694.823	23	758.049	20	796.807	18	909.314	21	1.021.613	20
ITBI	96.444	3	101.124	3	118.914	3	130.750	3	133.103	3
IVVC	668		318		198		115		45	
Taxas	234.679	8	277.721	7	137.913	3	133.660	3	136.769	2
Receita Patrimonial	81.476	3	138.327	3	187.689	4	103.721	2	511.513	10
Receita de Aplicações Financeiras	75.903	3	127.699	3	178.194	4	87.003	2	485.832	10
Outras Receitas Patrimoniais	5.573		10.628		9.495		16.718		25.681	-
Transferências Correntes	825.784	28	1.214.046	32	1.689.611	39	2.108.387	48	2.292.667	45
da União	137.908	5	156.343	4	551.791	13	776.432	18	818.198	16
do Estado	676.246	23	989.126	26	1.100.417	25	1.314.175	30	1.458.408	29
Cota-Parte ICMS	543.591	19	648.652	17	738.565	17	834.477	19	904.689	18
Cota-Parte IPVA	121.476	4	115.766	3	117.699	3	164.134	4	192.719	4
Outros	11.179	0	224.708	6	244.153	5	315.564	7	361.000	7
de Convênios	11.630	0	68.577	2	37.403	1	17.780		16.061	
Outras Receitas Correntes	146.181	5	205.396	6	208.797	5	263.666	6	228.433	5
RECEITA DE CAPITAL	517.384	17	667.425	17	651.890	15	152.672	3	98.107	2
Operações de Crédito	517.010	17	665.354	17	650.913	14	145.389	3	93.307	2
Títulos do Tesouro Municipal	457.516	15	536.571	14	320.481	7				
Outras Operações de Créditos Internas	49.332	2	42.032	1	271.851	6	48.735	1	29.277	1
Operações de Crédito Externas	10.162	0	86.752	2	58.581	1	96.654	2	64.030	1
Outras Receitas de Capital	374	0	2.071	0	977	0	7.283	0	4.800	

Em R\$ mil

Dentro do grupamento de Receitas Correntes cabe destacar a participação da Receita Tributária, que correspondeu a 38% da Receita Total e 39% da Receita Corrente, e das Transferências Correntes, que corresponderam a 45% da Receita Total e 46% da Receita Corrente, conforme demonstrado analiticamente nos quadros e gráficos a seguir:

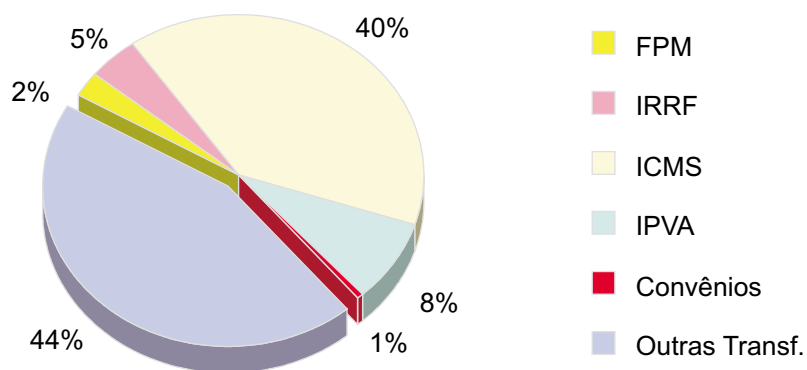
COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA



CATEGORIAS ECONÔMICAS	VALORES 2001 RECEITA REALIZADA	% PARTICIPAÇÃO NA RECEITA		
		RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA CORRENTE	ORÇAMENTÁRIA TOTAL
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.933.490	100,00%	39%	38%
IPTU	641.960	33%	13%	13%
ISS	1.021.613	53%	20%	20%
ITBI	133.103	7%	3%	3%
IVVC	45	0%	0%	0%
TAXAS	136.769	7%	2%	2%

Em R\$ mil

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

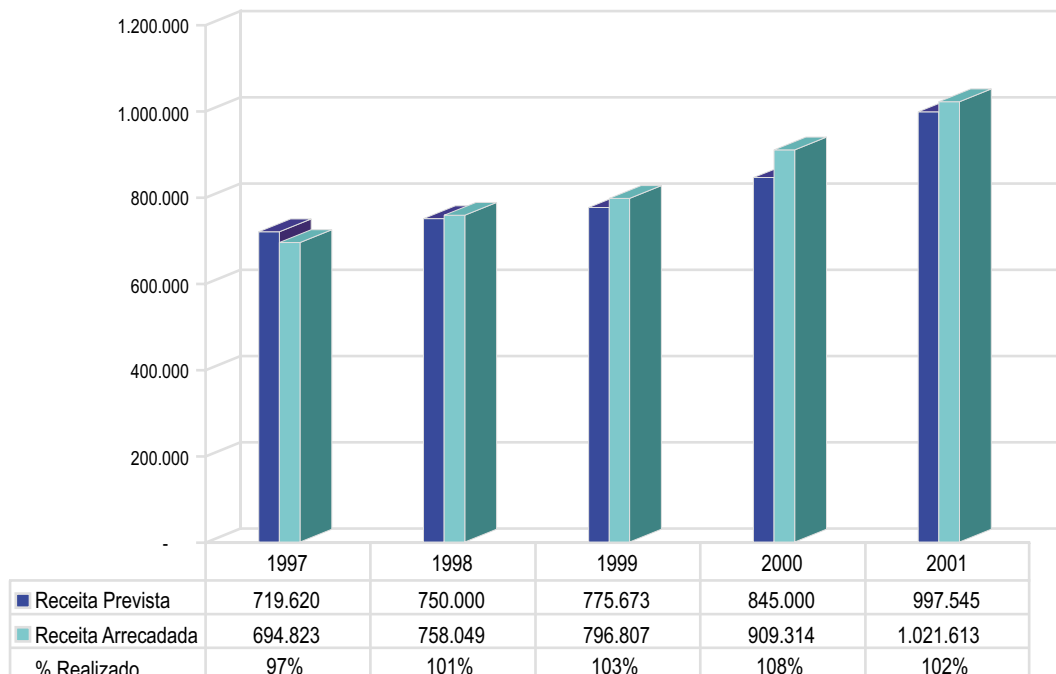


CATEGORIAS ECONÔMICAS	VALORES 2001 RECEITA REALIZADA	% PARTICIPAÇÃO NA RECEITA		
		TRANSF. CORRENTE	RECEITA CORRENTE	ORÇAMENTÁRIA TOTAL
TRANSF. CORRENTES	2.292.667	100,00%	46%	45%
ICMS	904.689	40%	18%	18%
IPVA	192.719	8%	4%	4%
IRRF	105.266	5%	2%	2%
FPM	56.816	2%	1%	1%
CONVÊNIOS	16.061	1%	0%	0%
OUTRAS TRANSFÉRENCIAS	1.017.116	44%	21%	20%

Em R\$ mil

Ao longo dos últimos cinco exercícios, a principal fonte para o Município com relação às Receitas Tributárias foi o ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - que, conforme quadro da página anterior, representou em 2001, 20% do total da Receita Orçamentária e 53% da Receita Tributária. A evolução da arrecadação anual do ISS nos últimos cinco exercícios é apresentada no quadro a seguir:

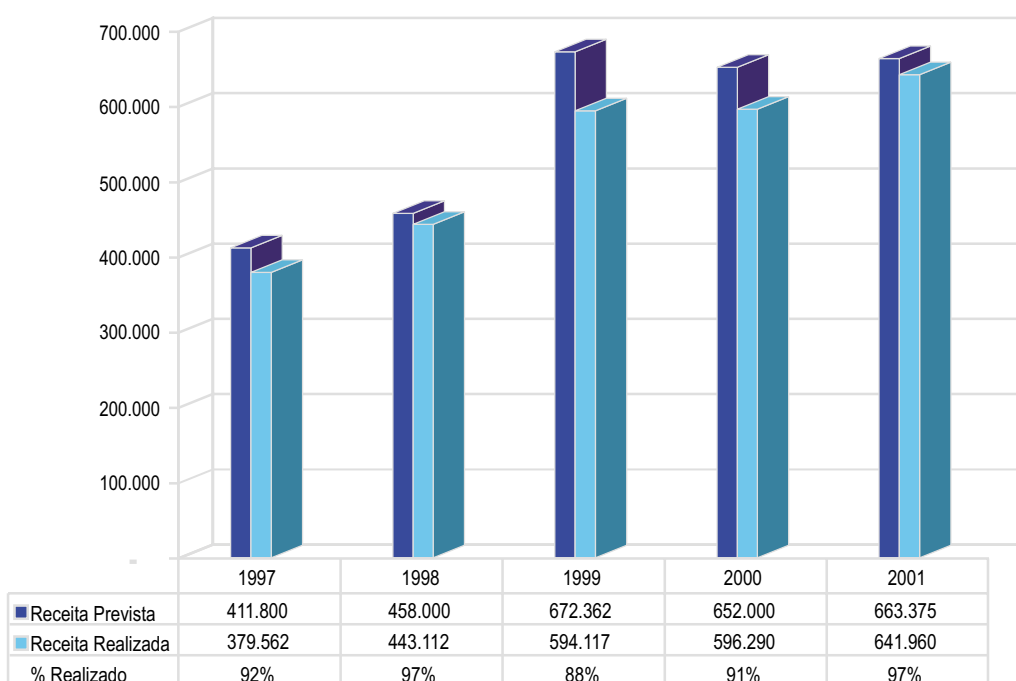
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ISS



Em R\$ mil

Ainda dentro das Receitas Tributárias, o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - despontou em 2001 como segunda maior fonte, representando 13% do total da Receita Orçamentária e 33% da Receita Tributária. O comportamento da arrecadação anual do IPTU nos últimos cinco exercícios é apresentada no quadro a seguir:

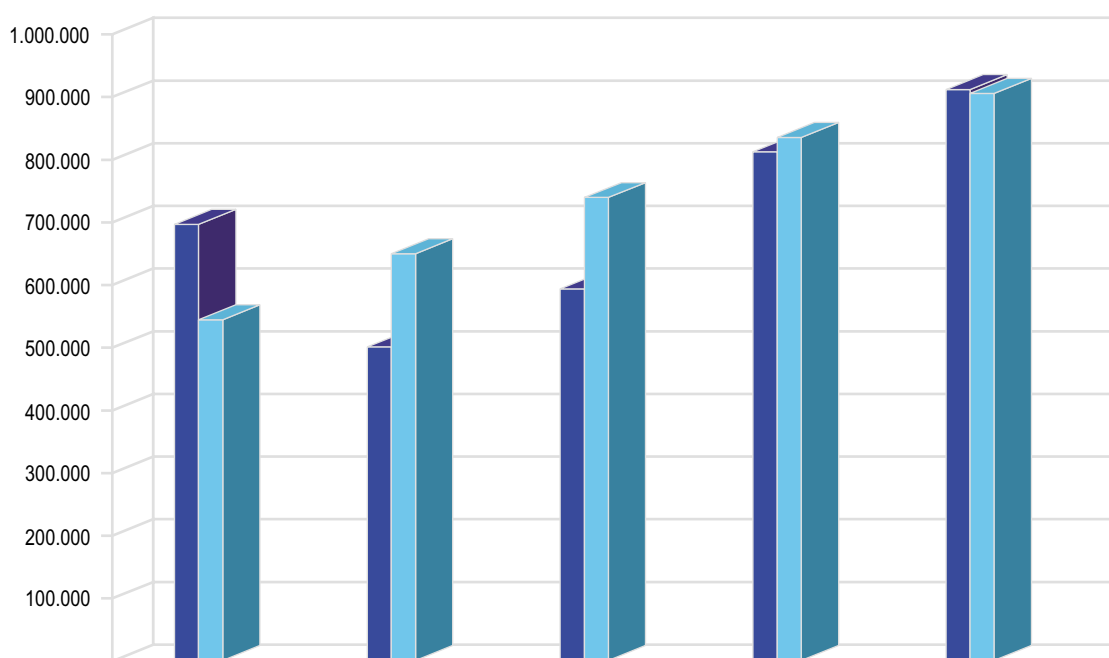
COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPTU



Em R\$ mil

No que se refere às Receitas de Transferências Correntes, o ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- desponta como item mais representativo, correspondendo a 18% do total da Receita Orçamentária e 40% das Transferências Correntes. O repasse anual do ICMS nos últimos cinco exercícios é apresentado no quadro a seguir, demonstrando os valores realizados através das transferências:

COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS



	1997	1998	1999	2000	2001
■ Receita Prevista	695.942	500.000	592.730	811.750	911.041
■ Receita Realizada	543.591	648.652	738.565	834.477	904.689
% Realizado	78%	130%	125%	103%	99%

Em R\$ mil

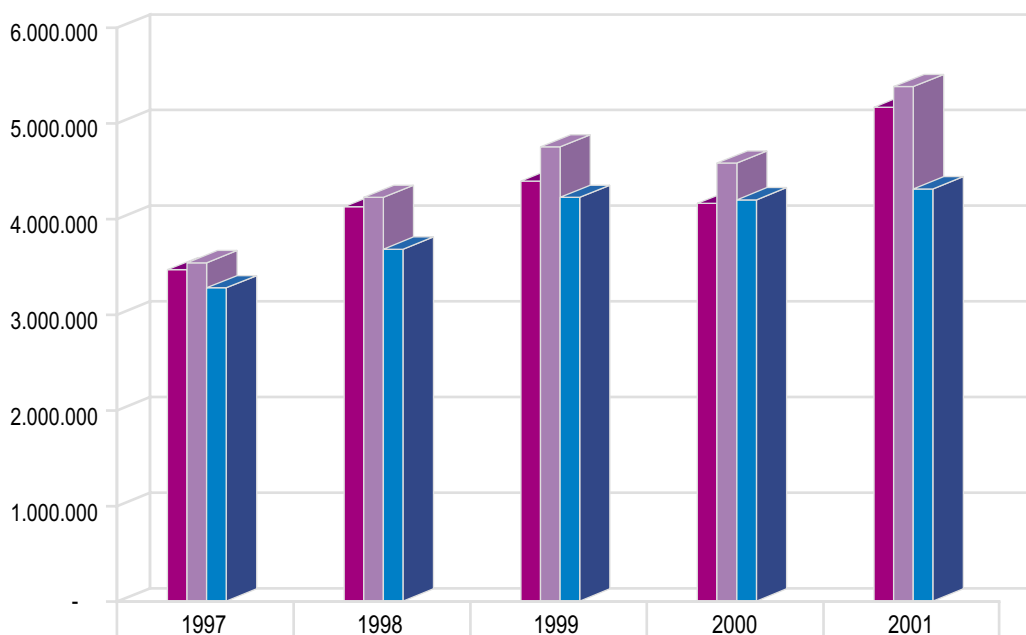
DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades. As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas da Administração Pública com intenção de adquirir ou constituir bens de capital que enriquecerão o patrimônio público ou capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como Despesas de Capital as amortizações da Dívida Interna e Externa.

A Despesa Orçamentária Total no exercício está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que, em 2001, a despesa empenhada totalizou MR\$ 4.309.661, inferior em MR\$ 1.070.472 ao valor previsto de MR\$ 5.380.133, ou seja, -20 %.

DESPESA ORÇADA X EMPENHADA



	1997	1998	1999	2000	2001
■ Orçamento Inicial	3.463.995	4.122.163	4.391.893	4.156.752	5.164.875
■ Orçamento Inicial Atualizado	3.538.360	4.222.093	4.748.663	4.578.358	5.380.133
■ Realizado	3.275.420	3.679.967	4.221.794	4.195.009	4.309.661
% Realizado	93%	87%	89%	92%	80%

Obs. 1: O Orçamento Inicial Atualizado da Despesa para o período representa a Despesa Total Prevista para cada exercício, acrescentando-se eventuais créditos.
Obs. 2: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

Em R\$ mil

A Despesa Total Empenhada em 2001 alcançou MR\$ 4.309.661 que comparada com o mesmo período em 2000, apresentou um incremento de MR\$ 114.652, onde o fator principal foi o aumento de aproximadamente 11% nas Transferências Correntes.

As Despesas Correntes do Município corresponderam a 90% do total, cabendo os 10% restantes às Despesas de Capital. O quadro seguinte contém um resumo das despesas orçamentárias por categorias econômicas nos exercícios de 1997 a 2001. Com relação às Despesas de Custeio, observa-se uma redução de MR\$ 62.160, ou seja, 3%, devido principalmente ao comportamento das naturezas referentes a Serviços de Terceiros e Encargos.

Observa-se em 2001 também um aumento de 7% nas Transferências Correntes Intragovernamentais.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%
TOTAL DAS DESPESA	3.275.420	100	3.679.967	100	4.221.794	100	4.195.009	100	4.309.661	100
DESPESAS CORRENTES	2.272.646	70	2.761.423	75	3.290.867	78	3.741.105	89	3.860.920	90
Despesa de Custeio	1.640.469	50	2.137.611	58	2.292.101	54	2.053.865	49	1.991.705	46
Pessoal	1.311.383	40	1.526.710	41	1.396.186	33	1.094.592	26	1.219.368	28
Material de Consumo	62.893	2	129.708	4	141.207	3	184.620	4	171.006	4
Serviços Terceiros e Encargos	243.762	7	418.587	11	689.334	16	690.944	17	526.589	12
Terceirização *	-	-	-	-	-	-	241.288	6	148.109	3
Outros Serv. Terceiros e Encargos	243.762	7	418.587	11	689.334	16	449.656	11	378.480	9
Outras Despesas de Custeio	22.431	1	62.606	2	65.374	2	83.709	2	74.742	2
Transferências Correntes	632.177	20	623.812	17	998.767	24	1.687.240	40	1.869.215	44
Intragovernamentais	541.806	17	510.292	14	768.481	18	1.212.615	29	1.297.425	30
Juros da Dívida	70.560	2	80.390	2	189.454	5	292.106	7	250.645	6
Outras Transferências Correntes	19.811	1	33.130	1	40.832	1	182.519	4	321.145	8
DESPESAS DE CAPITAL	1.002.774	30	918.544	25	930.927	22	453.904	11	448.741	10
Investimentos	372.932	11	237.927	6	212.657	6	256.253	6	228.810	6
Equipamento e Mat. Permanente	4.962	0	28.226	1	18.385	1	16.348	0	20.136	1
Regime de Execução Especial	7.029	0	10.343	0	15.381	1	30.756	1	19.767	1
Obras	336.940	10	188.013	5	170.925	4	201.256	5	178.958	4
Outras Despesas de Investimento	24.001	1	11.345	0	7.966	0	7.893	0	9.949	0
Inversões Financeiras	14.709	0	11.374	1	16.258	0	21.432	1	16.172	0
Transferências de Capital	615.133	19	669.243	18	702.011	16	176.219	4	203.759	4
Amortização da Dívida Interna	499.551	15	583.792	16	380.738	9	65.974	1	92.737	2
Amortização da Dívida Externa	0	-	0	-	221.875	5	0	-	20.042	0
Outras Transferências de Capital	115.582	4	85.451	2	99.398	2	110.245	3	90.980	2

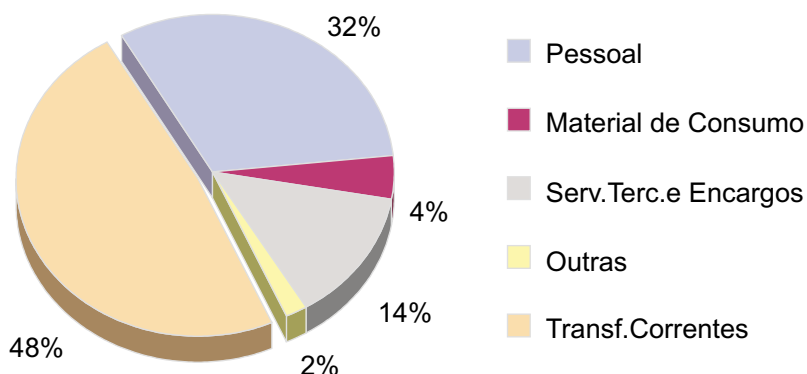
Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

* Em função do artigo 18, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF), em vigor a partir de 2000, fez-se necessário o levantamento dos valores relativos à Terceirização, razão pela qual não são apresentados estes valores para os anos anteriores. Aqui, os valores referentes à Terceirização foram incluídos como pertencendo à categoria "Serviços de Terceiros e Encargos".

Em R\$ mil

No grupamento de Despesas Correntes destacamos a natureza de Pessoal, que participa com 32%, e das Transferências Correntes, que corresponderam a 48%. Quanto à composição da Despesa de Capital, Obras é a principal parcela, responsável por 40%.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE

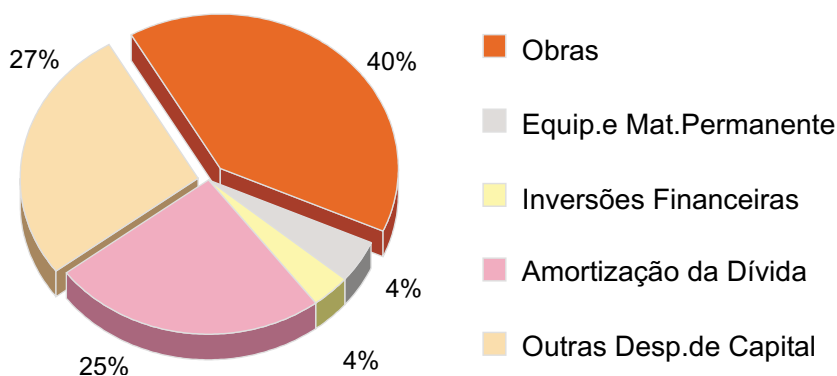


CATEGORIAS ECONÔMICAS	VALORES 2001 DESPESA REALIZADA	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
		DESPESA CORRENTE	ORÇAMENTÁRIA TOTAL
DESPESA CORRENTE	3.860.920	100%	90%
TRANSF. CORRENTES	1.869.215	48%	44%
Juros da Dívida	250.645	6%	7%
Outras Transf. Correntes	1.618.570	42%	33%
* PESSOAL	1.219.368	32%	28%
SERV. TERC. ENCARGOS	526.589	14%	12%
Terceirização	148.109	2%	3%
Outros Serv. Terc. Encargos	378.480	12%	9%
MATERIAL DE CONSUMO	171.006	4%	4%
OUTRAS	74.742	2%	2%

* Inclui os valores de Transferências a Pessoas

Em R\$ mil

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CAPITAL



CATEGORIAS ECONÔMICAS	VALORES 2001 DESPESA REALIZADA	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
		DESPESA DE CAPITAL	ORÇAMENTÁRIA TOTAL
DESPESA DE CAPITAL	448.741	100%	10%
AMORT. DA DÍV. INTERNA	112.779	25%	2%
OBRAS	178.958	40%	4%
EQUIP. MAT. PERMANENTE	20.136	4%	1%
INVERSÕES FINANCEIRAS	16.172	4%	0%
OUTRAS	120.696	27%	3%

Em R\$ mil

Despesa por Órgão

A Administração Direta Municipal é composta por órgãos do Poder Legislativo e Executivo. A estrutura do Poder Executivo é composta por órgãos enquadrados nas Atividades-Meio e Fim da Prefeitura, além dos Encargos Gerais do Município.

ÓRGÃOS	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%
PODER LEGISLATIVO	169.732	5	183.565	5	179.809	4	164.344	4	172.730	4
Câmara Municipal	131.088	4	143.878	4	138.590	3	123.265	3	129.451	3
Tribunal De Contas	38.644	1	39.687	1	41.219	1	41.079	1	43.279	1
PODER EXECUTIVO	3.105.688	95	3.496.402	95	4.041.985	96	4.030.665	96	4.136.931	96
Atividade - Fim	1.466.504	45	1.620.742	44	1.958.750	46	2.312.726	55	2.300.276	53
Sec.Mun.Cultura	50.992	2	63.517	2	74.948	2	84.658	2	85.397	2
Sec.Mun. Desenv.social	45.403	1	61.488	2	79.892	2	96.435	2	102.834	2
Sec.Mun. Educação	417.295	13	575.914	16	565.120	13	646.370	15	712.591	17
Sec.Mun. Habitação	125.482	4	157.012	4	144.676	3	160.293	4	124.027	3
Sec.Mun. Meio Ambiente	23.340	1	22.457	1	27.444	1	46.689	1	54.987	1
Sec.Mun. Obras	442.784	14	238.506	6	259.922	6	263.072	6	210.337	5
Sec.Mun. Saúde	291.277	9	420.042	11	679.602	16	868.895	21	916.184	21
Sec.Mun. Trabalho	1.893	0	7.398	0	8.216	0	7.298	0	2.500	0
Sec.Mun.Trânsito	34.760	1	25.090	1	30.598	1	51.723	1		
Sec.Esp. Transporte	3.320	0	996	0	4.646	0	560	0	38.263	1
Sec.Esp. Turismo	139	0	206	0	217	0	193	0	323	0
Sec.Mun. Urbanismo	11.898	0	14.595	0	38.454	1	28.756	1	16.311	0
Sec.Mun. Esportes e Lazer	17.673	1	32.975	1	44.438	1	57.250	1	36.522	1
Sec.Esp. Monumentos Públicos	247	0	544	0	579	0	533	0		
Atividade:Meio	547.333	17	550.378	15	784.113	19	1.186.598	28	1.306.989	30
Controladoria Geral	13.294	0	12.755	0	13.077	0	14.490	0	12.913	0
Gabinete do Prefeito	387.319	12	400.505	11	439.828	10	460.056	11	479.215	11
Procuradoria Geral	25.431	1	28.534	1	33.368	1	38.063	1	40.989	1
Sec.Mun. Governo	10.081	0	11.731	0	11.634	0	12.745	0	13.575	0
Sec.Mun. Administração	23.976	1	16.701	0	203.639	5	573.703	14	674.867	16
Sec.Esp. Assuntos Estratégicos	216	0	586	0	783	0	693	0	438	0
Sec.Mun. Fazenda	84.310	3	77.573	2	79.058	2	84.716	2	83.201	2
Sec.Esp. Projetos Especiais	305	0	361	0	399	0	356	0	368	0
Sec.Esp. Desenv.Ciência e Tecnologia	2.401	0	1.632	0	2.327	0	1.776	0	1.423	0
Atividade:Encargos Gerais	1.091.852	33	1.325.284	36	1.299.120	31	531.342	13	529.666	13
Adm:Direta	3.275.420	100	3.679.967	100	4.221.794	100	4.195.009	100	4.309.661	100

Obs.: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta. Ressalte-se que, a partir de 1999, a despesa empenhada na função Legislativa foi maior do que a empenhada pelos órgãos do Poder Legislativo. Este fato deve-se à realização de despesa nesta função por parte da Secretaria Municipal de Administração, devido à execução das despesas de Transferências Previdenciárias para pagamento de Inativos da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município a cargo do Previ Rio.

Em R\$ mil

Despesa por Órgão - Poder Executivo - Atividade-Meio

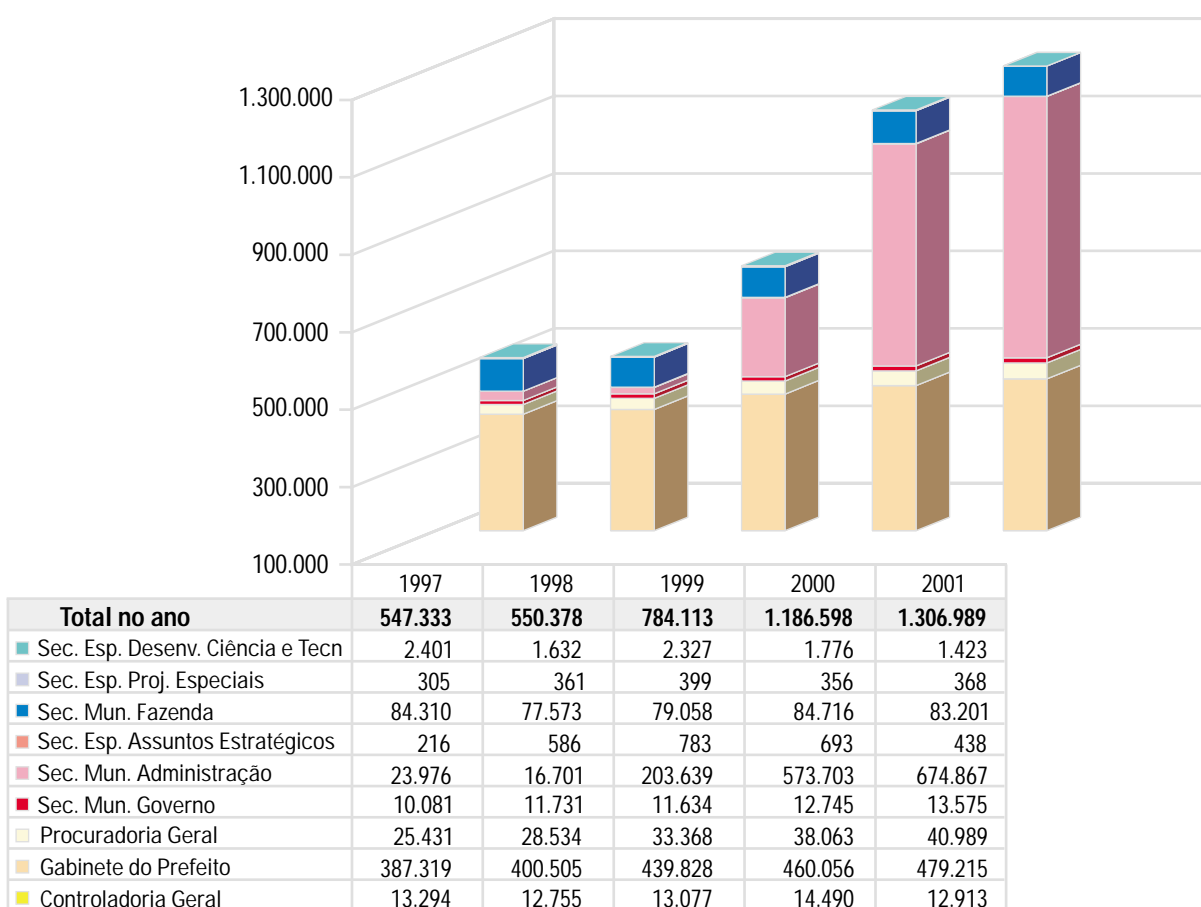
No quadro abaixo verifica-se uma comparação dos valores consolidados por órgãos relativos às Atividades-Meio da Prefeitura nos últimos cinco anos. É preciso esclarecer que são considerados órgãos de Atividade-Meio os que têm atuação voltada para o suporte de procedimentos visando a adequar a engrenagem municipal de forma efetiva e eficaz.

Comparando-se o período de 2000 com o de 2001, observa-se que o setor de Atividade-Meio que sofreu um maior acréscimo foi a Secretaria Municipal de Administração (17%).

Podemos verificar, também, que o órgão que sofreu maior redução foi a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (-36%).

É importante esclarecer que alguns órgãos incluem despesas de Transferências Correntes e de Capital, tanto para atender ao custeio dos órgãos da administração indireta, como para investimentos.

Dessa maneira podemos verificar que ocorrem, no Gabinete do Prefeito, por exemplo, transferências para o IplanRIO, Comlurb, Riocentro e Guarda Municipal.



Em R\$ mil

Despesa por Órgão - Poder Executivo - Atividade-Fim

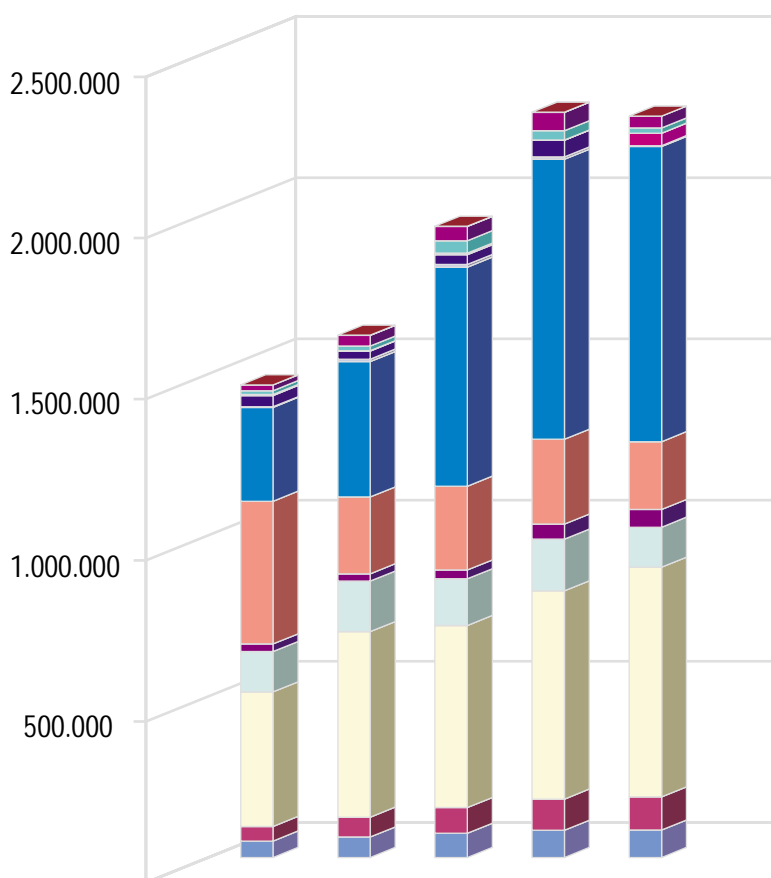
A seguir é apresentada uma análise comparativa dos valores consolidados por órgãos relativos às Atividades-Fim da Prefeitura, realizados em cada exercício, nos últimos cinco anos. Esclarecemos que são considerados órgãos de Atividade-Fim os que têm atuação direcionada para a melhoria da qualidade de vida do cidadão carioca, provendo serviços básicos, tais como saúde, educação e obras.

Ao compararmos o período de 2000 com o de 2001, observamos que os órgãos de Atividade-Fim que sofreram um incremento relativo maior no período foram a Secretaria Especial de Turismo e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, respectivamente com 67% e 18%.

Ressalte-se que alguns órgãos de Atividade-Fim incluem despesas de Transferências Correntes e de Capital, para atender ao custeio dos órgãos da Administração Indireta.

Dessa forma ocorrem na Secretaria Municipal de Obras transferências para a Georio, Riourbe e Rioluz, por exemplo.

Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

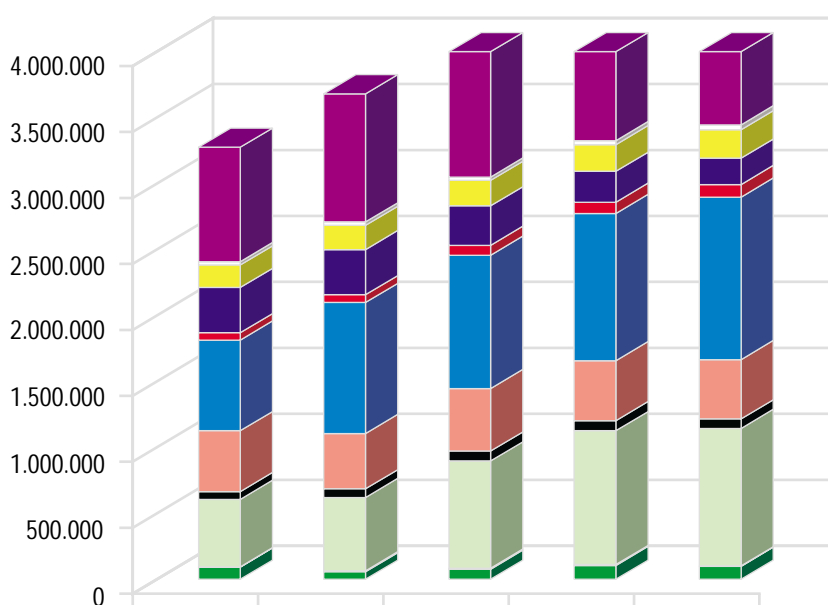


	1997	1998	1999	2000	2001
Total no ano	1.466.503	1.620.740	1.958.752	2.312.725	2.300.276
■ Sec. Esp. Monum. Públicos	247	544	579	533	0
■ Sec. Mun. Esportes e Lazer	17.673	32.975	44.438	57.250	36.522
■ Sec. Mun. Urbanismo	11.898	14.595	38.454	28.756	16.311
■ Sec. Esp. Turismo	139	206	217	193	323
■ Sec. Esp. Transportes	3.320	996	4.646	560	38.263
■ Sec. Mun. Trânsito	34.760	25.090	30.598	51.723	0
■ Sec. Mun. Trabalho	1.893	7.398	8.216	7.298	2.500
■ Sec. Mun. Saúde	291.277	420.042	679.602	868.895	916.184
■ Sec. Mun. Obras	442.784	238.506	259.922	263.072	210.337
■ Sec. Mun. Meio Ambiente	23.340	22.457	27.444	46.689	54.987
■ Sec. Mun. Habitação	125.482	157.012	144.676	160.293	124.027
■ Sec. Mun. Educação	417.295	575.914	565.120	646.370	712.591
■ Sec. Mun. Desenv. Social	45.403	61.488	79.892	96.435	102.834
■ Sec. Mun. Cultura	50.992	63.517	74.948	84.658	85.397

Em R\$ mil

O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo, relativas as Atividades Meio e Fim, nos exercícios de 1997 a 2001, onde são demonstrados os valores investidos a cada ano. Comparando-se o período de 2000 com o de 2001, observa-se que as Funções de Governo, referentes a Atividade Fim, que mais sofreram acréscimo foram “Defesa Nacional e Segurança Pública” e “Educação e Cultura”, respectivamente de 11% e 10%. Por outro lado, as funções que mais sofreram decréscimo foram “Trabalho” e “Assistência e Previdência”, respectivamente de 64% e 14%.

Já na Atividade Meio, a função “Administração e Planejamento” teve uma redução de 0,6%, enquanto que a função “Judiciária” aumentou em 24% sua participação.



	1	2	3	4	5
Atividade Meio	1.062.936	1.180.605	1.391.100	1.101.876	1.117.050
Administração e Planejamento	867.773	970.661	1.172.058	869.874	864.840
Judiciária	25.431	26.379	26.042	30.226	37.381
Legislativa	169.732	183.565	193.000	201.776	214.829
Atividade Fim	2.212.484	2.499.362	2.830.694	3.093.133	3.192.611
Assistência e Previdência	343.623	341.812	299.549	234.636	200.489
Defesa Nac. e Seg. Pública	54.923	59.284	73.990	84.938	94.588
Educação e Cultura	687.900	993.071	1.010.702	1.116.142	1.232.475
Habituação e Urbanismo	461.673	419.406	474.662	455.282	449.427
Indústria Comércio e Serviços	58.557	65.981	74.738	75.607	72.216
Saúde e Saneamento	511.310	555.539	812.348	1.015.079	1.041.908
Trabalho	1.893	7.315	8.030	6.925	2.475
Transporte	92.605	56.954	76.675	104.524	99.033

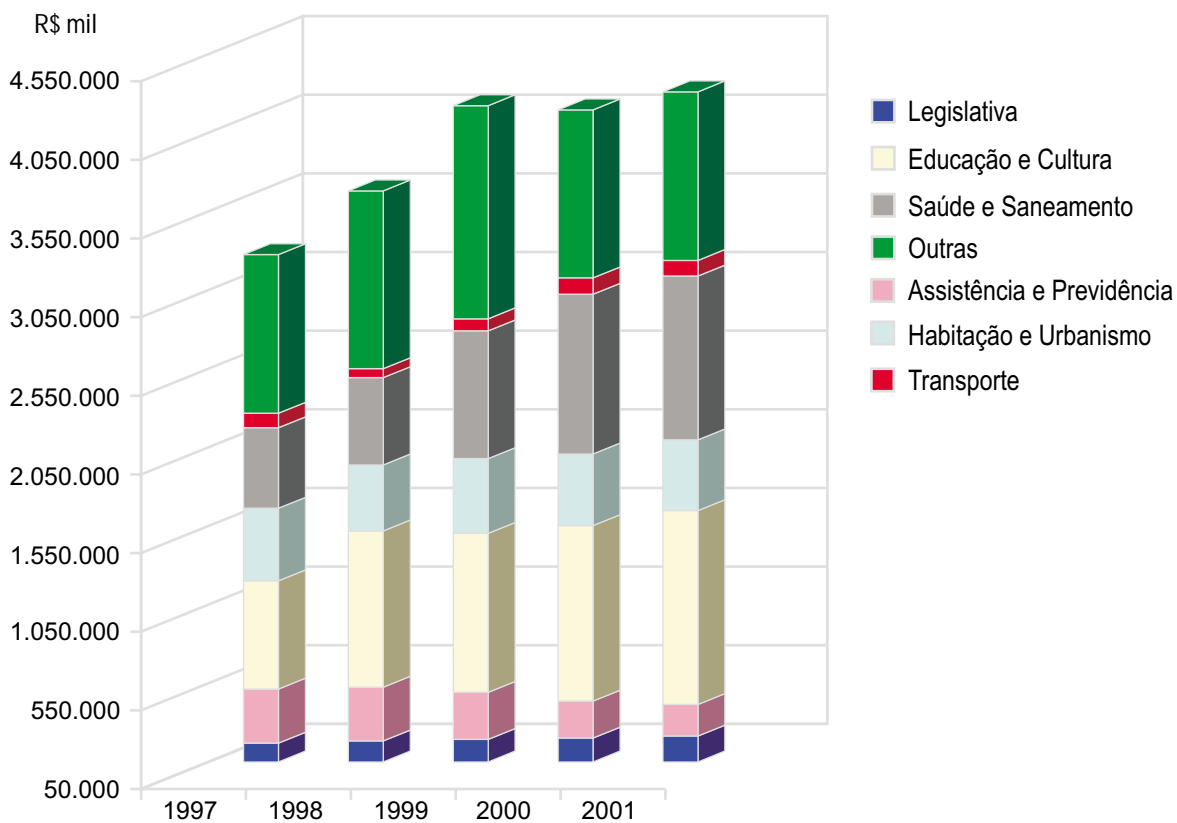
Obs: O total das despesas por órgão pode, em determinadas ocasiões, não coincidir com o total das despesas por funções uma vez que existem órgãos de Atividade-Meio que executam parte de suas despesas em Atividades-Fim e vice-versa.

Obs: A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

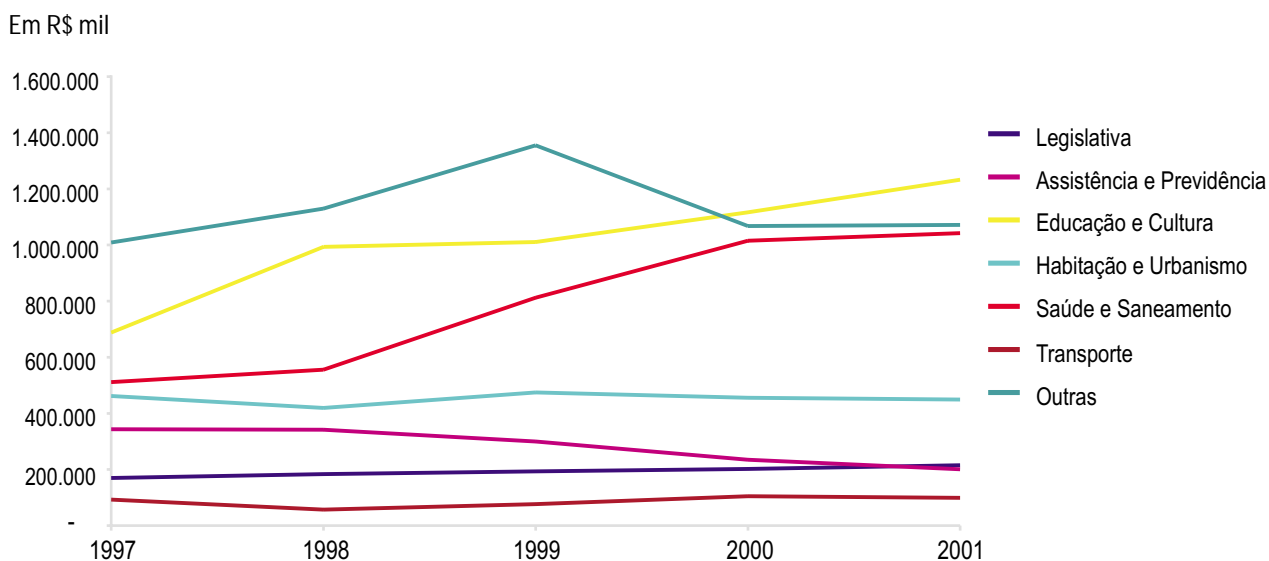
Em R\$ mil

Despesa por Funções de Governo - Evolução Anual

Nos gráficos apresentados podemos acompanhar a evolução das funções de governo mais relevantes ao longo dos últimos cinco exercícios.



EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DE GOVERNO

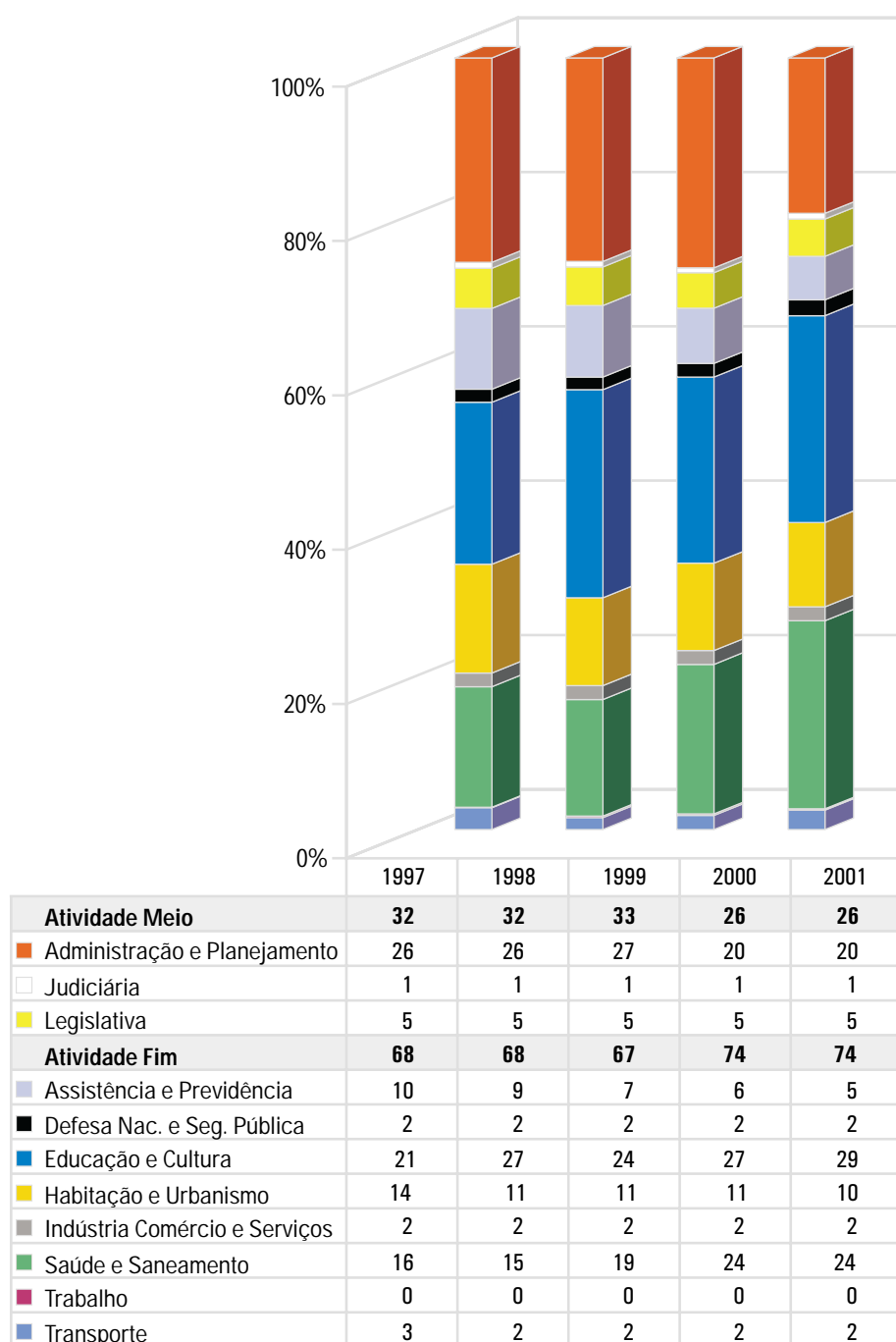


Obs : A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

Despesa por Funções de Governo – Participação Percentual

O quadro seguinte contém a Despesa Empenhada por Funções de Governo nos exercícios de 1997 a 2001 onde é indicada a participação percentual de cada uma dentro dos respectivos exercícios. As Funções de Governo em que mais houve aplicação de recursos em 2001 foram “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo”. Em 2000 elas representaram respectivamente 29%, 24%, 20% , 10% do total da despesa empenhada.

Pode-se observar que, em média nos últimos cinco anos, aproximadamente 70% dos gastos da Prefeitura foram destinados à Atividade Fim.



Obs : A partir de 1998, os Fundos Especiais passaram a fazer parte da Administração Direta.

Embora a tabela não demonstre, ao longo dos últimos 5 anos, houve, em média, 0,12% de Execução na função Trabalho.

Aplicação de Recursos em Projetos

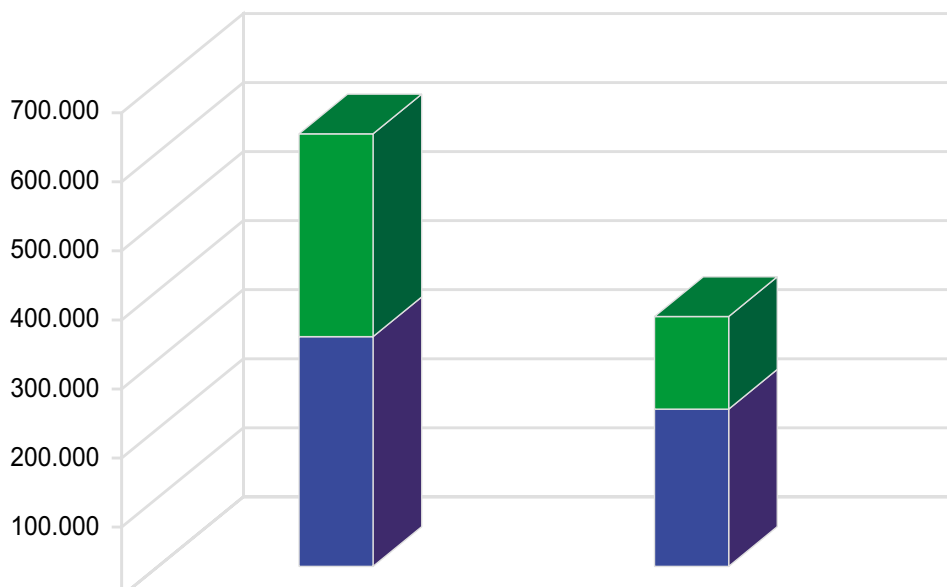
No quadro abaixo estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho do Município em ordem decrescente de Despesa Realizada, relativos a projetos realizados em 2001, em milhares de reais. O total de Programas de Trabalho do Município é 267, e o total empenhado de MR\$ 361.813, correspondente a 58% do Orçamento Atualizado para este Exercício.

É importante ressaltar que o conceito de Programas de Trabalho voltados para Projetos, elenca o total de novas realizações efetuadas durante o ano de 2001. Ressalte-se que não são levadas em consideração as quantias despendidas com apoio e manutenção de atividades já existentes e que a administração pública, em geral, não trabalha com o conceito de custos.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO - ADM.DIRETA

Em R\$ mil

Despesa Total	Orçamento Atualizado	Realizado	Parcela Realizada
Programa de Assentamentos Populares - Proap -Rio/BID II	118.209	75.364	64%
Restauração e Conservação da Avenida Brasil	50.825	41.767	82%
Obras de Drenagem, Urbanização e Reurbanização da RIOURBE	41.563	27.786	67%
Projetos Turísticos Especiais, A Cargo Da Empresa De Turismo Do Mrj	22.956	22.118	96%
Projeto a cargo da Fundação Parques e Jardins	17.150	14.659	85%
Projeto de Recuperação e Educação Ambiental	26.276	11.461	44%
Projeto Gari Comunitário a cargo da Comlurb	11.620	11.349	98%
Programa Favela-Bairro	24.181	8.146	34%
Apoio e Desenvolvimento de Projetos Culturais	7.710	7.493	97%
Programa de Projetos Especiais em áreas de Baixa Renda	12.204	7.406	61%
Número de outros programas de trabalho	257		
Total	267	626.307	361.813



	Orçamento Atualizado	Realizado
■ Demais Programas de Trabalho	293.613	134.264
■ 10 Maiores Programas de Trabalho	332.694	227.549

Em R\$ mil

LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

Demonstração da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – ano 2001

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu no exercício de 2001, 31,95% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 25%.

Ressaltamos que foi deferida, em 19/07/1999, a liminar de Representação de Inconstitucionalidade nº 61/98, relativa ao art. 323 da Lei Orgânica do Município, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 35%

O cálculo do gasto na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2001 foi elaborado de acordo com o anexo à Lei de Orçamento nº 3.178 de 11/01/2001, publicado no DOM de 12/01/2001.

RECEITA ARRECADADA		DESPESA EMPENHADA	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1. Impostos Próprios	1.796.721	1. Secret. Munic. de Educação	666.614
IPTU	641.960	Pessoal Ativo Total	533.031
ISS	1.021.613	Custeio/Escolas/Manutenção da Rede Física Total	98.154
IVVC	45	Equipamentos Escolares Total	25.987
ITBI	133.103	Multirio Total	9.442
2. Transf. do Estado	970.375	2. Secret. Munic. de Obras	5.959
Cota-parte do ICMS	768.985	Construção/Obras em Escolas Total	5.552
Cota-parte do IPVA	192.719	Construção/Obras em Creches Total	407
Cota-parte do IPI	8.671		
3. Transf. da União	171.043	3. Secret. Munic. de Desenv. Social	33.797
Cota-parte do FPM	48.255	Educação Infantil Total	31.997
Cota-parte do IRRF	105.266	Equipamento Educação Infantil Total	136
Cota-parte do IPTR	63	Obras em Creches Total	1.664
Seguro Receita do ICMS Exportação	17.455		
Cota-parte S/Op. Ouro	4		
4. Participação na Const. do Fundef	148.875	4. Secret. Munic. de Administração	382.804
ICMS - Valor Retido	135.703	Inativos da Educação Total	382.804
IPI Exportação - Valor Retido	1.531		
FPM - Valor Retido	8.561	TOTAL DE APLICAÇÕES (B)	1.089.174
Seguro Receita ICMS - Valor Retido	3.080		
5. Transf. Adicional FUNDEF	322.192	Valor Mínimo de Aplicação – 25%	852.302
TOTAL DE RECEITAS (A)	3.409.206	PERCENTUAL APLICADO NA MDE (B) / (A)	31,95%

Em R\$ mil

O limite legal para aplicação nestes parâmetros seria MR\$ 852.302. No entanto, o Município do Rio de Janeiro aplicou MR\$ 1.089.174, ou seja, MR\$ 236.872 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal. A maior parte da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino foi com pessoal, que alcançou MR\$ 915.835, equivalente a 84,09% do total aplicado, sendo que MR\$ 533.031 foram gastos com pessoal ativo e MR\$ 382.804 com pessoal inativo. Foram utilizados no custeio e manutenção das 1.029 escolas da rede municipal MR\$ 98.154 e MR\$ 25.987 com equipamentos escolares. Merece destaque também a utilização de MR\$ 5.959 com obras e construções de unidades educacionais (escolas e creches).

- Retirando gastos com inativos
- Apropriando os gastos com a contribuição patronal dos ativos e inativos da saúde

Cabe ressaltar que foram incluídas, no demonstrativo da aplicação, as despesas com os servidores inativos da Secretaria de Educação. Isso se justifica não só porque tais despesas foram assim consideradas na proposta orçamentária do exercício em referência, como, também, pelo fato de serem despesas custeadas inteiramente por recursos não vinculados do Tesouro Municipal, vez que os servidores - quando do seu período de atividade - não contribuíram para formação de qualquer fundo previdenciário que garantiria sua aposentadoria. Por outro lado, também a Administração Municipal não participou da formação de qualquer patrimônio com contribuição patronal, que somente passou a ser devida a partir de 01/01/2002 nos termos da Lei n° 3.344, de 28 de dezembro de 2001.

Tais fatos justificam a demonstração anterior. Entretanto, com objetivo de refinar as discussões que vêm sendo realizadas, a seguir apresentamos uma simulação para avaliar como ficaria a aplicação em educação com a retirada do gasto com inativos, mas com a apropriação da contribuição patronal dos servidores ativos ligados à área de educação, bem como dos servidores inativos, pois se tal contribuição fosse recolhida teríamos redução do desembolso de recursos não vinculados do Tesouro Municipal. Tal exercício decorre do fato de que, historicamente, os inativos do setor público não contribuíam para a Previdência, vez que o sistema mantido era de repartição simples, não de capitalização.

RECEITA ARRECADADA		DESPESA EMPENHADA	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1. Impostos Próprios	1.796.721	1. Secret. Munic. de Educação	783.880
IPTU	641.960	Pessoal Ativo Total	533.031
ISS	1.021.613	Custeio/Escolas/Manutenção da Rede Física Total	98.154
IVVC	45	Equipamentos Escolares Total	25.987
ITBI	133.103	Multirio Total	9.442
		Contribuição Patronal de Ativos	117.266
2. Transf. do Estado	970.375	2. Secret. Munic. de Obras	5.959
Cota-parte do ICMS	768.985	Construção/Obras em Escolas Total	5.552
Cota-parte do IPVA	192.719	Construção/Obras em Creches Total	407
Cota-parte do IPI	8.671		
3. Transf. da União	171.043	3. Secret. Munic. de Desenv. Social	33.797
Cota-parte do FPM	48.255	Educação Infantil Total	31.997
Cota-parte do IRRF	105.266	Equipamento Educação Infantil Total	136
Cota-parte do IPTR	63	Obras em Creches Total	1.664
Seguro Receita do ICMS Exportação	17.455		
Cota-parte S/Op. Ouro	4		
4. Participação na Const. do Fundef	148.875	4. Secret. Munic. de Administração	84.216
ICMS - Valor Retido	135.703	Contribuição Patronal com Inativos da Educação	84.216
IPI Exportação - Valor Retido	1.531		
FPM - Valor Retido	8.561	TOTAL DE APLICAÇÕES (B)	907.852
Seguro Receita ICMS - Valor Retido	3.080		
5. Transf. Adicional FUNDEF	322.192	Valor Mínimo de Aplicação – 25%	852.302
TOTAL DE RECEITAS (A)	3.409.206	PERCENTUAL APLICADO NA MDE (B) / (A)	26,63%

Em R\$ mil

De acordo com esta simulação, o percentual de aplicação com manutenção e desenvolvimento do ensino seria de 26,63%. Caso fosse considerada apenas a contribuição patronal dos servidores ativos, este percentual cairia para 24,16%.

Entre as receitas, cabe ressaltar o valor recebido do FUNDEF, que montou mais de MR\$ 471.067 mil (MR\$ 148.875 referente às transferências de impostos retidas e MR\$ 322.192 de transferência adicional). Os recursos do FUNDEF permitiram ainda ao Município auferir outras receitas, como MR\$ 18.158 mil de rendimento de aplicações financeiras que, embora tenham de ser aplicados exclusivamente na educação, não integram o cálculo para a aplicação do limite constitucional por não se tratar de imposto ou transferência de impostos.

A seguir demonstramos a composição das receitas vinculadas ao FUNDEF.

RECEITAS VINCULADAS AO FUNDEF	
Discriminação	Acumulado
Repasses do FUNDEF	471.067,32
Rendimento Aplicação Financeira	18.157,83
Outras Receitas	74,38
Total das Receitas	489.299,53

Em R\$ mil

No que se refere à apropriação dos servidores inativos é conveniente esclarecer que colocar o tema neste relatório deve-se ao fato de termos verificado, fazendo um estudo comparado do que vem ocorrendo no âmbito do setor público estadual e municipal, que diversas iniciativas estão sendo adotadas e sinalizam uma reversão nos conceitos até aqui vigentes.

Quanto à despesa com inativos integrar ou não os gastos com educação, verifica-se duas tendências: a primeira, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que, no Provimento n° 1 de 16/12/1999, determinou a desincorporação gradativa (5 anos) dos inativos da função educação.

A segunda - mais recente - é a Lei n° 13.245, de 26/12/2001, do Município de São Paulo, cujo inciso IX do art. 2° manda considerar como gasto de "Manutenção e Desenvolvimento do Processo de Ensino-Aprendizagem" as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis compreendendo as que se destinam à:

(...) IX - proventos pagos a servidores municipais inativos oriundos do quadro da educação".

Tais tendências, principalmente a última editada pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, indicam uma evolução e uma quebra de paradigmas que certamente levarão à aplicação de um sistema de custo na administração pública, recuperando o conceito de tipicidade da despesa.

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício, 31,60% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 7% das receitas arrecadadas, conforme quadro abaixo. O cálculo do gasto nas ações e serviços públicos de saúde em 2001 foi elaborado de acordo com o anexo ao Projeto de Lei nº 2167 de 29/09/2000 (Mensagem 341/2000), publicado no suplemento B do DCM 190 de 06/10/2000 – página 32 – Demonstrativo nº 12.

RECEITAS ARRECADADAS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1. Impostos Próprios	<u>1.796.721</u>
IPTU	641.960
ISS	1.021.613
IVVC	45
ITBI	133.103
2. Transf. do Estado	<u>1.269.754</u>
Cota-Parte do ICMS	904.689
Cota-Parte do IPVA	192.719
Cota-Parte do IPI Exportação	10.200
Cota-Parte do FPM	56.817
Cota-Parte do IRRF	105.266
Cota-Parte do IPTR	63
TOTAL DE RECEITAS (A)	<u>3.066.475</u>

Em R\$ mil

DESPESAS REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1. Pessoal e Encargos Sociais	<u>320.045</u>
2. Outras Despesas Correntes	<u>635.664</u>
3. Investimentos na SMS	<u>13.312</u>
TOTAL DE APLICAÇÕES (B)	<u>969.021</u>
Valor Mínimo de Aplicação – 7%	214.653
PERCENTUAL APLICADO (B / A)	<u>31,60%</u>

A Despesa Total de Pessoal (Direta e Indireta) , paga no exercício de 2001, chegou a 47,67% do total da Receita Corrente Líquida, estando dentro dos limites da Lei Complementar Federal n.º 96, de 31 de maio de 1999, que fixa um patamar máximo de 60% da Receita Corrente Líquida.

Em R\$ mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS			
	Últimos 12 Meses	% da Receita Corrente Líquida	Até o Quadrimestre	% da Receita Corrente Líquida
PODER EXECUTIVO				
DESPESA DE PESSOAL				
Pessoal Ativo	1.351.946	27,37%	1.351.946	27,37%
Pessoal Inativo e Pensionistas	714.389	14,46%	714.389	14,46%
(+/-) Precatórios	-		-	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(109.056)	-2,21%	(109.056)	-2,21%
(-) Indenizações por Demissão	-		-	
Outras Despesas de Pessoal	208.004	4,21%	208.004	4,21%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	2.165.283	43,83%	2.165.283	43,83%
PODER LEGISLATIVO				
DESPESA DE PESSOAL				
Pessoal Ativo	147.648	2,99%	147.648	2,99%
Pessoal Inativo e Pensionistas	43.760	0,89%	43.760	0,89%
(+/-) Precatórios	-		-	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(1.504)	-0,03%	(1.504)	-0,03%
(-) Convocação Extraordinária	-		-	
(-) Indenizações por Demissão	-		-	
Outras Despesas de Pessoal	6	0,00%	6	0,00%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (II)	189.910	3,84%	189.910	3,84%
DESPESA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	2.355.193	47,67%	2.355.193	47,67%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.939.654	-	4.939.654	-
LIMITE ALERTA (1)	54,00%	54,00%	-	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (2)	57,00%	57,00%	-	57,00%
LIMITE LEGAL (3)	60,00%	60,00%	-	60,00%

OBS: O Centro Internacional Riotur - Riocentro não está sendo considerado nos quadros da LRF por não se enquadrar no conceito de empresa estatal dependente.

FONTE: CGM - CONTADORIA GERAL

O Município do Rio de Janeiro, de acordo com a sua Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica própria dos Poderes Legislativo e Executivo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo a Câmara Municipal, bem como o Tribunal de Contas do Município. Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais e Especiais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral. A contabilidade de toda a administração direta é regida pela Lei 4.320/64.

As Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista compõem a Administração Indireta Municipal. As Autarquias e as Fundações Públicas seguem as normas da Lei 4.320/64, enquanto que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidas pela Lei 6.404/76.

Em 31/12/2001 a estrutura da administração municipal estava constituída por: Câmara Municipal (CMRJ), Tribunal de Contas (TCMRJ), Gabinete do Prefeito (GBP), Controladoria Geral (CGM), Procuradoria Geral (PGM), 21 Secretarias, 9 Fundos Especiais, 5 Autarquias, 9 Fundações, 8 Empresas Públicas e 4 Sociedades de Economia Mista conforme relação abaixo:

Secretarias:

- Secretaria Especial da Terceira Idade - SETI
- Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - SEDECT
- Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química - SEPDO
- Secretaria Especial de Projetos Especiais - SEPE
- Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA
- Secretaria Especial de Turismo - SETUR
- Secretaria Municipal das Culturas - SMC
- Secretaria Municipal de Administração - SMA
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS
- Secretaria Municipal de Educação - SME
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL
- Secretaria Municipal de Fazenda - SMF
- Secretaria Municipal de Governo - SMG
- Secretaria Municipal de Habitação - SMH
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SMO
- Secretaria Municipal de Saúde - SMS
- Secretaria Municipal de Transportes - SMTR
- Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
- Secretaria Municipal do Trabalho e Renda - SMTB

Fundos Especiais:

Fundo de Conservação Ambiental - FCA

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município do Rio de Janeiro - FUNDET

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU

Fundo Municipal de Habitação - FMH

Fundo Municipal de Saúde - FMS

Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município - FOE/PGM

Autarquias:

Fundo Municipal de Desenvolvimento Social - FUNDO RIO

Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro - PREVIRO

Instituto Municipal de Arte e Cultura - RIOARTE

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU

Fundações:

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIOÁGUAS

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO

Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIOZOO

Fundação Municipal Lar Escola São Francisco de Paula - FUNLAR

Fundação Parques e Jardins do Município do Rio de Janeiro - FPJ

Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro

Fundação Rio - F-RIO

Fundação Rio Esportes - FRE

Instituto de Estudos de Administração Pública da Cidade do Rio de Janeiro - Fundação João Goulart FJG

Empresas Públicas:

Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP

Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ

Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME

Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A - IMPRENSA DA CIDADE

Empresa Municipal de Informática S/A - IPLANRIO

Empresa Municipal de Múltiplos Ltda - MULTIRIO

Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE

Empresa Municipal de Vigilância S/A - GUARDA MUNICIPAL

Sociedades de Economia Mista:

RIOCENTRO S/A - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET RIO

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR

Na elaboração da prestação de contas foi efetuada a consolidação dos balanços das entidades cuja contabilidade é regida pela Lei 4.320/64, dando assim origem aos balanços consolidados do Município. Para as empresas públicas e as sociedades de economia mista utilizamos o método da equivalência patrimonial de forma a ajustar os investimentos da administração direta nas entidades regidas pela Lei 6.404/76.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, assim como o Demonstrativo das Variações Patrimoniais e as Notas Explicativas do exercício de 2001, são apresentadas a seguir em milhares de reais.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua execução, demonstrando, ainda, o Resultado Financeiro do cumprimento da Lei de Meios e das Leis que a alteraram e a complementaram. O Balanço Orçamentário, apresentado a seguir, abrange a consolidação geral da Administração Direta, Autarquias e Fundações, de acordo com a Lei 4.320/64.

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS	DIFERENÇAS	DESPESAS	AUTORIZADAS CORRIGIDAS	REALIZADAS	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	5.246.890	5.275.502	(28.612)	DESPESAS CORRENTES	4.481.929	3.982.688	499.241
Tributárias	1.951.736	1.933.491	18.245	CUSTEIO	2.452.875	2.099.433	353.442
Contribuições	151.971	110.560	41.411	Pessoal e Encargos	1.336.145	1.234.524	101.621
Patrimoniais	218.579	637.454	(418.875)	Materiais de Consumo	254.537	174.246	80.291
Serviços	36.759	69.233	(32.474)	Serviços de Terceiros e Encargos	747.647	596.810	150.837
Transferências Correntes	2.270.233	2.294.297	(24.064)	Outras Despesas de Custeio	114.546	93.853	20.693
Outras Receitas Correntes	617.612	230.467	387.145	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.029.054	1.883.255	145.799
				Transferências Intragovernamentais	569.373	529.899	39.474
				Transferências a Pessoas	824.426	769.361	55.065
				Encargos da Dívida Interna e Externa	258.478	250.645	7.833
				Outras Transferências Correntes	376.777	333.350	43.427
RECEITAS DE CAPITAL	260.580	128.205	132.375	DESPESAS DE CAPITAL	1.237.633	447.842	789.791
Operações de Crédito	207.770	93.307	114.463	Investimentos	526.850	265.022	261.828
Alienações de Bens	30.897	127	30.770	Inversões Financeiras	152.521	16.290	136.231
Amortizações de Empréstimos	21.913	30.474	(8.561)	Transferências Intragovernamentais	79.694	53.751	25.943
Transferências de Capital		4.297	(4.297)	Amortizações da Dívida Interna e Externa	478.568	112.779	365.789
Outras Receitas de Capital				RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000	-	3.000
SOMA	5.507.470	5.403.707	103.763	SOMA	5.722.562	4.430.530	1.292.032
DÉFICIT	215.092	-	215.092	DÉFICIT	-	973.177	(973.177)
TOTAL	5.722.562	5.403.707	318.855	TOTAL	5.722.562	5.403.707	318.855

Em R\$ mil

RESUMO GERAL

Receita Arrecadada	5.403.707
(-) Despesa Realizada	4.430.530
Superávit Orçamentário da Execução	973.177
Receita Prevista	5.507.470
(-) Despesa Fixada	5.722.562
Déficit Orçamentário da Previsão	(215.092)

Em R\$ mil

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

O Balanço Financeiro é a síntese de toda a Gestão Financeira, que envolve não só a execução orçamentária, como o movimento de Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		5.403.707
RECEITAS CORRENTES	5.275.502	
Tributárias	1.933.491	
Contribuições	110.560	
Patrimoniais	637.454	
Serviços	69.233	
Transferências Correntes	2.294.297	
Outras Receitas Correntes	230.467	
RECEITAS DE CAPITAL	128.205	
Operações de Crédito	93.307	
Alienações de Bens	127	
Amortização de Empréstimos	30.474	
Transferências de Capital	4.297	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.703.215
Depósitos de Diversas Origens	21.262	
Seguridade Social	2.362	
Consignações	278.355	
Depósitos Judiciais	1.481	
Contas a Pagar Indiretas	897	
Contas a Receber	3.541	
Anulação de Despesa	105	
Outros Créditos	1.389.020	
Créditos Vinculados a Repassar	83	
Comissão Carioca de Promoção Cultural	6.109	
SALDOS DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12/2000		1.101.626
Disponível	796.672	
Vinculados em c/c Bancária	304.954	
TOTAL GERAL		8.208.548

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em R\$ mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		4.007.165
Legislativa	172.731	
Judiciária	37.380	
Administração e Planejamento	683.777	
Defesa Nacional e Segurança Pública	94.588	
Educação e Cultura	854.216	
Habituação e Urbanismo	449.598	
Indústria, Comércio e Serviços	72.216	
Saúde e Saneamento	989.102	
Trabalho	2.476	
Assistência e Previdência	973.904	
Transporte	100.542	
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício	(423.365)	
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.778.454
Restos a Pagar - Tesouro	65.949	
Restos a Pagar - Fundos Especiais	58.176	
Restos a Pagar - Convênios, Projetos e Outras	14.594	
Restos a Pagar - Rec.das Autarquias e Fundações	975	
Depósitos de Diversas Origens	10.927	
Seguridade Social	1.062	
Consignações	269.054	
Depósitos Judiciais	369	
Contas a Pagar Indiretas	6.611	
Contas a Receber	4.718	
Anulação de Despesa	105	
Outros Débitos	1.309.789	
Devolução de Convênios	628	
Despesas a Pagar	28.196	
Outras Entidades Devedoras	2.946	
Comissão Carioca de Promoção Cultural	4.355	
SALDOS DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12/2001		2.422.929
Disponível	1.132.514	
Vinculados em c/c Bancária	1.290.415	
TOTAL GERAL		8.208.548

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em R\$ mil

O Balanço Patrimonial é a síntese do Patrimônio Público passível de contabilização ou, em outras palavras, a súmula dos bens, direitos e obrigações do Município, registrados em sua contabilidade.

ATIVO	
FINANCEIRO	2.434.145
DISPONÍVEL	1.132.514
VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	1.290.415
REALIZÁVEL	11.216
PERMANENTE	7.808.510
BENS	1.058.089
CRÉDITOS	6.201.570
VALORES	548.851
COMPENSADO	145.360
TOTAL GERAL	10.388.015

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	
FINANCEIRO	614.297
DÍVIDA FLUTUANTE - RECURSOS NÃO VINCULADOS	330.299
DÍVIDA FLUTUANTE - RECURSOS VINCULADOS	283.998
PERMANENTE	5.055.007
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	4.492.701
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	562.306
PATRIMÔNIO	4.581.013
COMPENSADO	145.360
IMPACTO DA CONSOLIDAÇÃO	(7.662)
TOTAL GERAL	10.388.015

Em R\$ mil

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Esta demonstração é a síntese das duas características da gestão dos negócios públicos: a **FINANCEIRA**, que consubstancia o cumprimento da Lei Orçamentária e seus aditivos, e a **PATRIMONIAL**, consequência daquela e que, com ela, se desenrola concomitantemente. A gestão se decompõe nas Variações Ativas, abrangendo a Execução Orçamentária da Receita e as Mutações Positivas do Patrimônio, delas decorrentes ou não; nas Variações

VARIAÇÕES ATIVAS		8.363.465
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		5.633.578
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.403.707	
RECEITAS CORRENTES	5.275.502	
Tributárias	1.933.491	
Contribuições	110.560	
Patrimoniais	637.454	
Serviços	69.233	
Transferências Correntes	2.294.297	
Outras Receitas Correntes	230.467	
RECEITAS DE CAPITAL	128.205	
Operações de Crédito	93.307	
Alienações de Bens	127	
Amortizações de Empréstimos	30.474	
Transferências de Capital	4.297	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	229.871	
Aquisições de Bens Móveis/Intangíveis	23.418	
Inversões Financeiras em Empresas Públicas	10.171	
Empréstimos Concedidos	6.467	
Resgates de Empréstimos Tomados e Outras Dívidas	121.108	
Resgates de Precatórios Judiciais	19.804	
Resgates de Despesas a Pagar	48.723	
Aluguéis a Receber	180,00	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.729.887
Reversões de Provisões	133.407	
Inscrições/Atualizações Monetária da Dívida Ativa/Avulsa	1.384.044	
Acréscimos de Almoarifados	217.887	
Atualizações Monetária s/ Empréstimos Tomados	185.005	
Incorporações de Bens Imóveis/Móveis/Intangíveis	142.916	
Fundo de Liquidez da Dívida Pública	397.803	
Cancelamentos de Despesas a Pagar	25.319	
Cancelamentos de Contas a Pagar	4.899	
Cancelamentos de Restos a Pagar	1.584	
Inscrições de Contas a Receber	1.880	
Baixas de Depreciações/Amortizações - Imóveis/Móveis/Intangíveis	3.592	
Particip. no Capital de Emp. Púb. e Soc. de Econ. Mista	76.068	
Cancelamentos de Precatórios Judiciais	1.686	
Inscrições / Atualizações de Empréstimos Concedidos	755	
Valorização de Títulos e Valores Mobiliários	152.040	
Diversos	1.002	
TOTAL GERAL		8.363.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em R\$ mil

Passivas, envolvendo a Execução Orçamentária da Despesa e as Mutações negativas do Patrimônio, delas decorrentes ou não; e no Saldo Patrimonial, equivalente à soma algébrica do saldo da Execução Orçamentária e do saldo das variações patrimoniais, que consubstancia a incidência final, sobre o Patrimônio, da gestão dos negócios do Município.

VARIAÇÕES PASSIVAS		6.657.339
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.658.339
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4.430.530	
DESPESAS CORRENTES	3.982.688	
Despesas de Custeio	2.099.433	
Transferências Correntes	1.883.255	
DESPESAS DE CAPITAL	447.842	
Investimentos	265.022	
Inversões Financeiras	16.290	
Transferências Intragovernamentais	53.751	
Amortizações da Dívida Interna e Externa	112.779	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	227.809	
Cobranças da Dívida Ativa	98.118	
Alienações de Bens Imóveis	134	
Empréstimos Tomados	93.307	
Recebimentos de Empréstimos	31.528	
Recebimento de Outras Dívidas	4.029	
Recebimento de Restos a Receber	500,00	
Recebimentos de Aluguéis	193,00	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.999.000
Provisões	135.122	
Cancelamentos de Dívida Ativa/Avulsa	39.096	
Baixas de Almoxxarifados	195.169	
Atualiz. Monetária / Oper. Internalizadas de Empréstimos Tomados	697.994	
Baixas de Bens Imóveis/Móveis/Intangíveis	134.353	
Fundo de Liquidez da Dívida Pública	326.180	
Inscrição de Despesa a Pagar	87.816	
Baixas de Empréstimos e Contas a Receber	6.473	
Depreciações/Amortizações - Imóveis/Móveis/Intangíveis	31.938	
Particip. no Capital de Emp. Púb. e Soc. de Econ. Mista	135.542	
Inscrições de Precatórios Judiciais	10.807	
Inscrições e Atualizações Monetária de Outras Dívidas	22.187	
Incorporação de Empréstimos Tomados	71.682	
Atualizações de Depósitos de Diversas Origens	3.031	
Desincorporação de Títulos e Valores Mobiliários	99.698	
Devoluções de Convênios	628	
Desincorporação de Bens	258	
Cancelamento de Restos a Receber	142	
Diversos	884	
RESULTADO PATRIMONIAL		1.706.126
Superávit Verificado no Exercício	1.706.126	
TOTAL GERAL		8.363.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em R\$ mil

Sumário das Práticas Contábeis

Na Administração Direta, nas Autarquias e nas Fundações foram utilizados os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e as práticas contábeis estabelecidas pela Lei 4.320/64, enquanto que nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista foram seguidas as determinações da Lei 6.404/76, sendo que em todas as instituições procurou-se respeitar os princípios fundamentais de contabilidade.

Na Administração Direta as principais práticas contábeis foram as seguintes:

a) Classificação de Ativos e Passivos Financeiros

Foram lançados pelo valor nominal e nas respectivas contas estão registrados, não só os valores decorrentes da execução orçamentária, cuja realização ou pagamento no exercício seguinte independe de autorização legislativa nos termos do § 3º do artigo 105 da Lei Federal 4.320/64, como também os que não decorreram de execução orçamentária.

b) Aplicações Financeiras e Fundo de Liquidez da Dívida Pública

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço.

Fundo de Liquidez é um fundo contábil, criado pelo Decreto n.º 3.525 de 4 de junho de 1982, conforme autorização consignada no artigo 4º da Lei n.º 285, de 16 de novembro de 1981. Este fundo opera com recursos gerados com a negociação de títulos e aplicações no mercado financeiro de recursos do Poder Executivo.

c) Cheques em Trânsito

Refere-se à provisão para os cheques entregues a fornecedores e ainda não descontados nos bancos, pelo valor nominal.

d) Almojarifados

Estão demonstrados pelo preço médio ponderado móvel das compras estocadas, em 31 de dezembro, nos almojarifados de cada órgão.

e) Dívida Ativa

As inscrições, atualizações e cancelamentos por processo, do exercício de 2001, foram contabilizados com base nos relatórios da Procuradoria Geral do Município. As baixas por pagamento, do exercício, foram contabilizadas de acordo com os relatórios de arrecadação do Tesouro Municipal.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas pelo Município estão avaliados em 31 de dezembro com base no valor percentual de participação no patrimônio líquido destas empresas. Os demais investimentos estão registrados pelo valor patrimonial das ações em 31 de dezembro, conforme circularizações.

g) Bens Móveis

No Poder Legislativo, os bens do Tribunal de Contas estão registrados pelo custo de aquisição e os da Câmara Municipal pelo custo de aquisição deduzidos pela depreciação acumulada. No Poder Executivo estão registrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/1999, nos termos do art. 55 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, deduzidos pela depreciação acumulada, até a data do encerramento do exercício.

h) Bens Imóveis

Estão registrados pelo custo de aquisição e/ou reavaliação, corrigidos monetariamente até 31/12/1999, nos termos do art. 55 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, deduzidos pela depreciação acumulada, até a data do encerramento do exercício.

i) Dívida Fundada Interna e Externa

Estão atualizadas pela variação monetária e cambial respectivamente até a data do balanço nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/64, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar n.º 101/2000.

j) Provisão para Precatórios

Neste exercício foi constituída provisão para precatórios com base na informação da Procuradoria Geral do Município.

k) Realização da Despesa e da Receita

Nos demonstrativos orçamentários estão sendo registradas como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do Art. 35 da Lei 4.320/64. Nos demonstrativos financeiros e patrimoniais estão sendo registradas também as despesas ocorridas no exercício, que não foram executadas orçamentariamente, conforme item **m** desta nota. Ainda de acordo com o disposto no Art. 100 da Lei 4.320/64, as alterações da situação líquida patrimonial estão sendo registradas a conta de variações patrimoniais.

l) Balanço Consolidado

Visando atender ao disposto no parágrafo único do artigo 110, da Lei 4.320/64, as demonstrações contábeis das Autarquias e Fundações, foram consolidadas com as da administração direta, constituindo assim o Balanço Consolidado do Município.

m) Despesas de Competência 2001 sem Execução Orçamentária no Exercício

As despesas de competência do exercício que ficaram sem a respectiva execução orçamentária em 2001 foram registradas nas contas de Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária e no Passivo Financeiro como Despesas a Pagar, já impactando desta forma o resultado do exercício.

Fatos Relevantes que Podem Vir a Impactar o Tesouro

Alguns fatos ocorridos e conhecidos, principalmente na Administração Indireta, que poderão vir a causar impactos futuros no Tesouro e que não foram registrados como provisão por incerteza na materialização do risco ou por inexistência de documento suporte, estão a seguir relacionados:

Instituição	Valor	Tributo Contribuição	Motivo
Cet Rio	31.248.797,52	INSS	Autos de Infração emitidos pelo INSS, estão sendo contestados pela empresa, na esfera judicial
	6.172.867,98	INSS	Autos de Infração emitidos pelo INSS, estão sendo contestados pela empresa, na esfera judicial
Guarda Municipal	6.597.644,32	COFINS	Autos de Infração emitidos pela SRF cobrando contribuição sobre as transferências municipais, estão sendo contestados pela empresa, na esfera judicial
	2.144.234,12	PASEP	Autos de Infração emitidos pela SRF cobrando contribuição sobre as transferências municipais, estão sendo contestados pela empresa, na esfera judicial
Riotur	6.490.843,20	INSS	Autos de Infração emitidos pelo INSS, estão sendo contestados pela empresa, na esfera judicial
	11.273.889,34	SPU	Notificação de débito da Secretaria do Patrimônio da União, referente à taxa de ocupação da Marina da Glória
	5.930.000,00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	Ações trabalhistas julgadas procedentes e que estão em fase de execução
Câmara Municipal	737.783,10	INSS	Notificações de débito de contribuição previdenciária de segurados empregados sem vínculo, estão sendo contestadas na esfera judicial
Total	70.596.059,58		

Buscando evidenciar e tornar transparente a composição patrimonial, a execução orçamentária e os resultados econômicos e financeiros da gestão municipal, foram elaborados alguns relatórios, os quais apresentamos a seguir, com quadros e comentários contendo os dados mais importantes para análise.

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município do Rio de Janeiro no ano de 2001 em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000. Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal a Controladoria Geral do Município apresenta a seguir o desempenho de 2001 comparado com o de 2000.

A Receita Corrente Líquida arrecadada em 2001 apresenta crescimento, se comparado ao exercício de 2000, como pode ser observado no quadro e gráfico que seguem. Mais uma vez, os componentes que puxam esta alta são as receitas tributárias. Outro detalhe importante a ser observado é a queda da receita de contribuição de servidores para o Previro (de R\$ 170.839 mil para R\$ 110.560 mil).

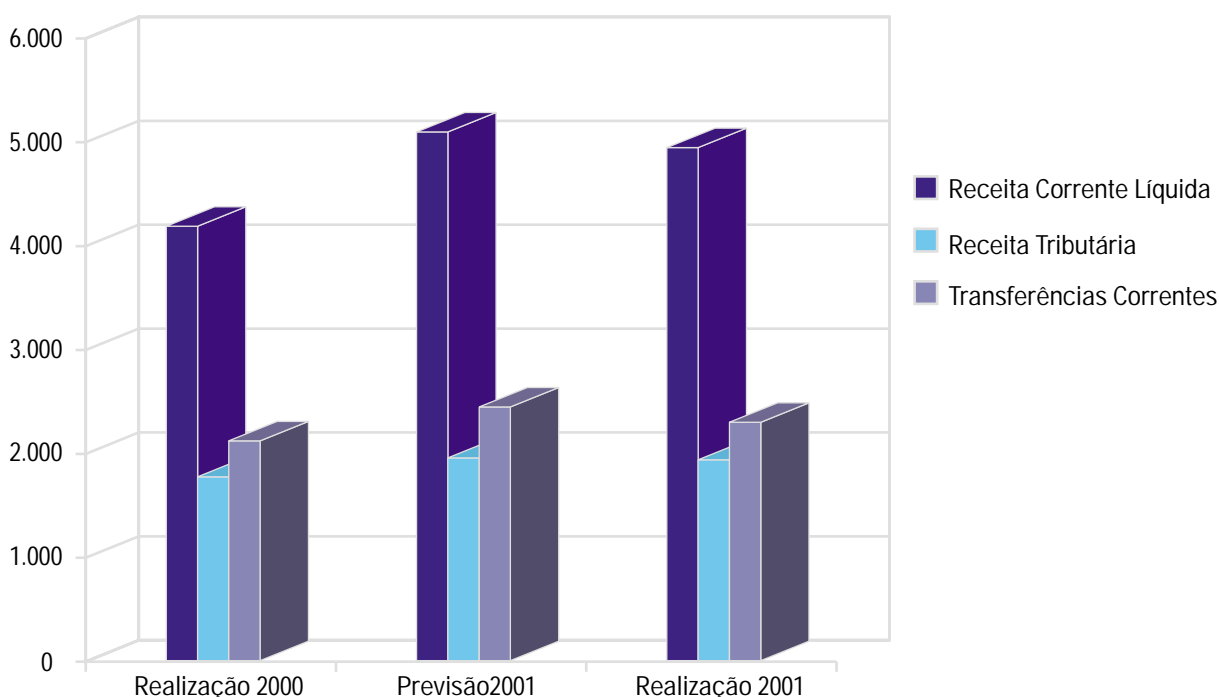
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

JANEIRO A DEZEMBRO

Especificação	2000	2001	
	Realização	Previsão *	Realização
Receita Tributária	1.770.128	1.951.736	1.933.491
Receita de Contribuições	170.837	151.971	110.560
Receita Patrimonial	202.435	231.856	646.538
Receita de Serviços	52.358	89.298	102.071
Transferências Correntes	2.115.663	2.442.993	2.294.382
Outras Receitas Correntes	278.958	658.032	243.373
(-) Gestão Plena	(237.260)	(282.911)	(280.211)
(-) Contribuição Servidores p/ Previro	(170.837)	(151.971)	(110.560)
Receita Corrente Líquida	4.182.282	5.091.004	4.939.644

* Previsão atualizada

Em R\$ mil



Crítérios de avaliação da execução do orçamento da receita e da despesa adotados pela ABOP: diferença de 2,5 a 5% - bom

Comparando a receita corrente líquida realizada em 2001 com sua previsão, nota-se que há um índice de realização da ordem de 97,03%, que, segundo os critérios sugeridos pela ABOP, pode ser considerado um bom desempenho. O gráfico a seguir compara a execução no exercício de 2000 com a previsão e a execução do exercício de 2001.

Em relação à Receita Corrente Líquida, o superávit orçamentário do Município aumentou em mais de R\$ 651 milhões quando comparado com o do exercício anterior. No entanto, se for considerada a despesa empenhada, o resultado pula de um superávit de R\$ 354.591 mil em dezembro de 2000 para um de R\$ 970.673 mil em dezembro de 2001, isto é, R\$ 616.082 mil de variação, conforme mostra o quadro abaixo.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

JANEIRO A DEZEMBRO

Especificação	2000	2001
Receita Corrente	4.590.379	5.330.425
Receita de Capital	233.480	129.909
Receita Total Arrecadada	4.823.859	5.460.334
Despesa Corrente	3.979.131	4.035.185
Despesa de Capital	490.136	454.475
Despesa Total Empenhada	4.469.267	4.489.660
Resultado da Execução Orçamentária	354.592	970.674

Em R\$ mil

Ao ser analisada a despesa liquidada com juros e encargos da dívida fundada, verifica-se que houve uma pequena redução, em valores correntes, deste tipo de despesa. Quando comparada a liquidação de despesas de juros e encargos da dívida com a Receita Corrente Líquida de cada exercício, também nota-se uma variação negativa, pois em 2000 este índice era de 6,99%, passando para 5,08% em 2001, em virtude do aumento da receita corrente líquida.

Se forem consideradas também as despesas com amortização da dívida, nota-se que a variação foi um pouco menor, com percentuais de 8,80% em 2000 e 7,56% em 2001, como mostra o quadro abaixo.

DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

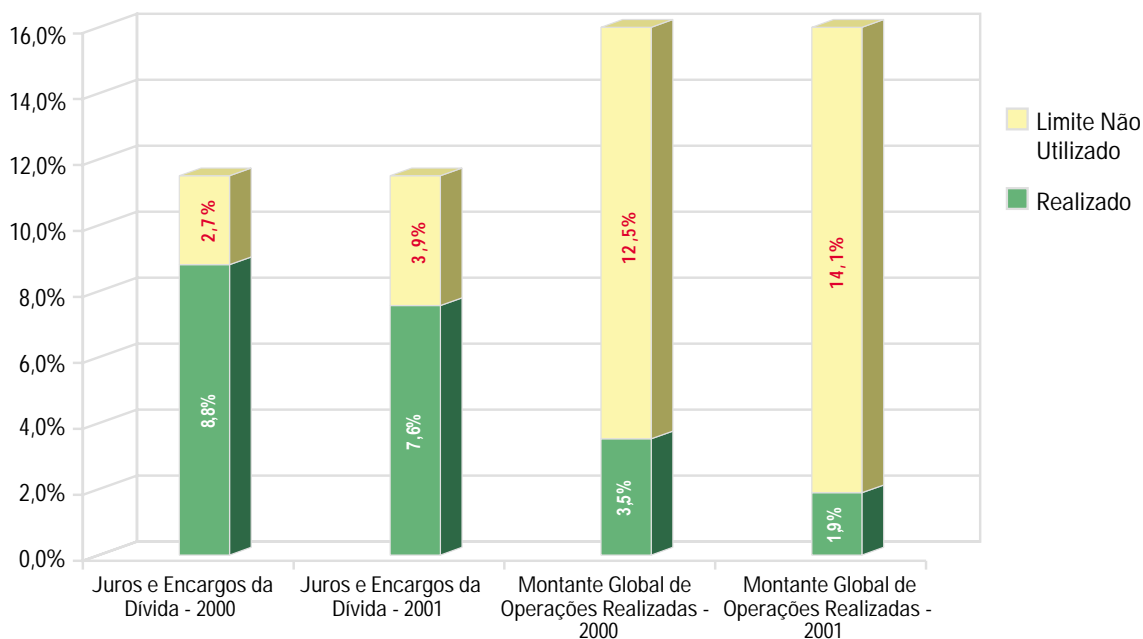
JANEIRO A DEZEMBRO

Especificação	2000	2001
Juros e Encargos da Dívida	292.501	250.830
Amortização da Dívida	75.657	122.738
Total	368.158	373.568
Receita Corrente Líquida	4.182.282	4.939.654
% Despesas com Serviços da Dívida/ Receita Corrente Líquida	8,80%	7,56%

Em R\$ mil

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apresenta índice de comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada inferior ao determinado pelo Senado Federal, por intermédio da Resolução nº 43, de 26 de dezembro de 2001, que estipula um teto de 11,5% da receita corrente líquida. Tal fato se repete quando analisamos o montante global das liberações de recursos de operações de crédito recebidas em um exercício financeiro. Para este caso a legislação prevê um limite de 16% da receita corrente líquida, enquanto o Município atingiu o patamar de 1,9% em 2001. Tal posição deve-se à renegociação da dívida realizada em 01 de julho de 1999.

O gráfico abaixo faz demonstração visual do comprometimento anual com amortização, juros e encargos da dívida consolidada e do montante global das operações de crédito realizadas por exercício financeiro em relação a seus respectivos limites para os anos de 2000 e 2001.



O quadro a seguir demonstra a capacidade de endividamento do Município do Rio de Janeiro, considerando as operações realizadas em 2000 e 2001, além do potencial de liberação anual de recursos oriundos de operações de crédito, de acordo com as Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

JANEIRO A DEZEMBRO

Especificação	2000	2001
1 - Limite p/ Endividamento (segundo Resolução 40/01)	5.018.739	5.927.584
2 - Dívida Consolidada Líquida	3.597.729	2.993.361
3 - Capacidade de Endividamento (1-2)	1.421.010	2.934.223
4 - Limite p/ Liberação Anual (segundo Resolução 43/01)	669.165	790.345
5 - Liberação no Exercício	147.300	93.307
6 - Capacidade p/ Liberação Anual (4-5)	521.865	697.038

Em R\$ mil

Comparando a dívida consolidada líquida da Prefeitura com a receita corrente líquida, observamos que esta relação era de 86,02% em 2000 e de 60,60% em 2001. Esta relação é muito inferior ao limite estabelecido para os Municípios pela legislação, que prevê o teto de 1,2 vezes o valor da receita corrente líquida, devendo os Municípios que estiverem acima deste patamar se adequarem no período de quinze anos.

ENDIVIDAMENTO

DEZEMBRO

Especificação	R\$ mil	Participação na RCL
Dívida Pública Consolidada		
Saldo em 31/12/2000	4.737.103	113%
Movimentação da Dívida Consolidada	713.652	
Atualização Monetária da Dívida Fundada (Adm. Direta)	450.813	
Amortização Dívida Fundada	(122.738)	
Liberações Dívida Fundada	93.307	
Incorporação da Taxa de Supervisão e Vigilância	4.378	
Variação Cambial	79.472	
Movimentação Líquida da Dívida Fundada Adm. Indireta	128.779	
Incorporação e Inscrição (Adm. Direta)	79.641	
Saldo em 31/12/2001	5.450.756	110%

Em 2001, a dívida pública consolidada do Município do Rio de Janeiro cresceu 15,06%, passando de R\$ 4.737.103 mil para R\$ 5.450.756 mil. No mesmo período os ativos financeiros do governo carioca experimentaram um crescimento de 115,68%, o que provocou a queda da dívida consolidada líquida do Município.

Acima é demonstrado o endividamento da Prefeitura e sua movimentação de dezembro de 2000 a dezembro de 2001. É importante ressaltar que o Município não apresenta dívida mobiliária (por títulos), apenas por contratos.

Na análise do índice de endividamento é necessário levar em consideração os aspectos da negociação da dívida do Município do Rio de Janeiro e que foram incluídos quando da apresentação das contas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2000.

A dívida consolidada da Prefeitura corresponde a 110% da receita corrente líquida, enquanto em dezembro de 2000 equivalia a 113%.

A maior parte da movimentação da dívida consolidada ocorreu em virtude de atualização monetária que somada à variação cambial atingiu o patamar de R\$ 530.285 mil.

Resultado Primário

O resultado primário, obtido sem a consideração dos impactos da dívida (despesas de juros e amortização e receitas de operações de crédito), das aplicações financeiras e de privatizações, apresentou comportamento semelhante ao resultado da execução orçamentária, isto é, apresentou crescimento, neste caso de R\$ 258.379 mil. A explicação para este comportamento também é a mesma, aumento da arrecadação de receitas, acompanhado da diminuição de realização de despesas, como mostram o quadro e o gráfico abaixo.

É importante ressaltar que o resultado primário alcançado em 2001 superou a previsão, ou seja, enquanto a expectativa era de um resultado primário positivo de R\$ 332.645 mil, a Prefeitura do Rio de Janeiro atingiu um resultado favorável de R\$ 593.882 mil, 78,53% maior que a previsão.

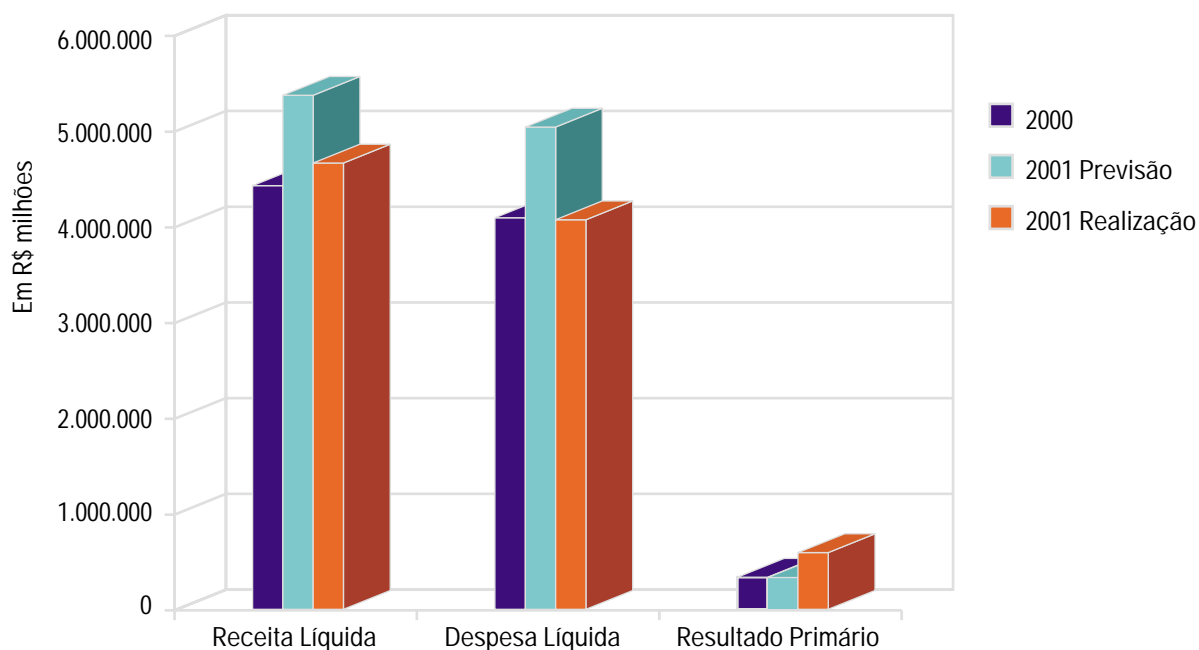
Sobre as disponibilidades pesa o Passivo Financeiro da ordem de R\$ 701.736,52 mil, incluindo as despesas liquidadas e ainda não pagas, revelando uma suficiência de caixa da ordem de R\$ 1.738.793 mil. Porém, se não considerarmos o Previ Rio, o Passivo Financeiro cai para R\$ 641.117 mil, em compensação a suficiência baixa para R\$ 1.003.028 mil.

RESULTADO PRIMÁRIO

JANEIRO A DEZEMBRO

Especificação	2000	2001	
	REALIZAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO
Receita Total Arrecadada	4.823.859	5.799.015	5.460.333
(-) Receitas Financeiras (Aplicações Financeiras, Operações de Crédito, Privatizações, etc.)	(398.071)	(428.140)	(797.081)
Receita Líquida	4.425.787	5.370.875	4.663.252
Despesa Total Realizada	4.467.375	5.796.015	4.452.162
(-) Juros e Encargos da Dívida	(292.501)	(258.743)	(250.830)
(-) Amortização da Dívida	(75.657)	(488.548)	(122.738)
(-) Concessão de Empréstimos	(8.932)	(10.495)	(9.224)
Despesa Líquida	4.090.285	5.038.229	4.069.370
Resultado Primário	335.503	332.645	593.882

Em R\$ mil

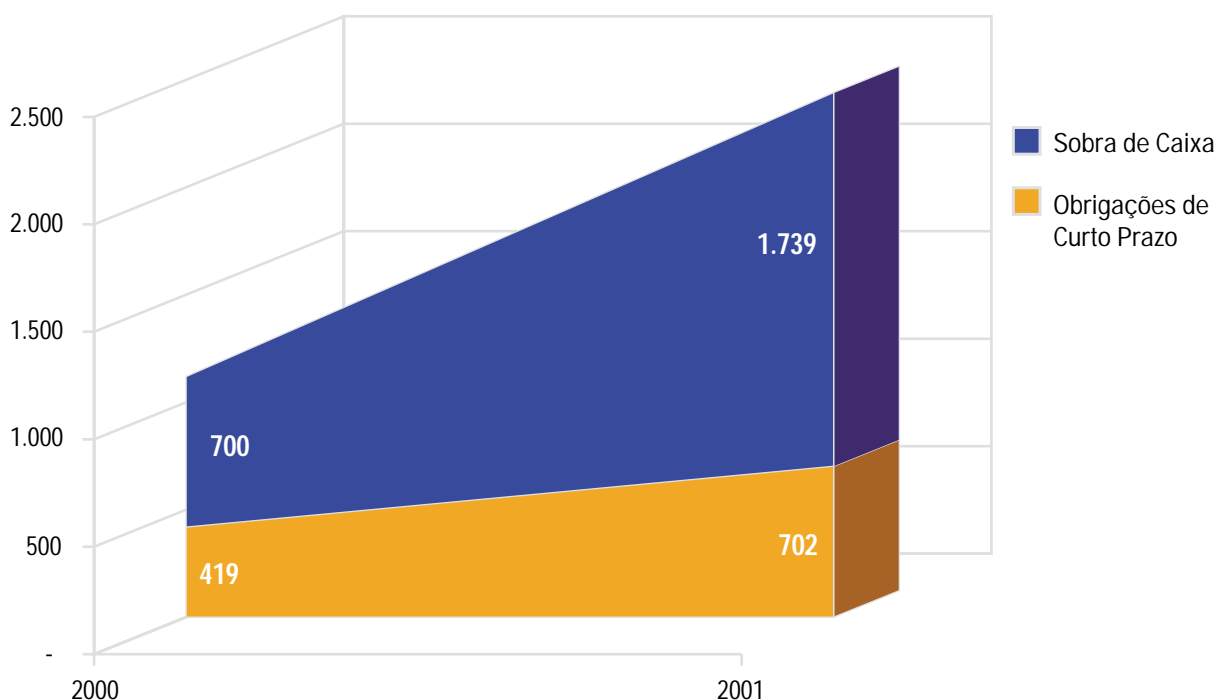


Comparando este valor com o apresentado em dezembro de 2000, quando do início da atual administração, sem considerar os valores do Previ Rio, houve um incremento de R\$ 861.170 mil, haja vista que o exercício iniciou com um saldo não comprometido de R\$ 128.495 mil e alcançou R\$ 989.664 mil em dezembro de 2001. A seguir quadro e gráfico demonstram essa situação.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA X OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

Dezembro 2000 X Dezembro 2001	DEZEMBRO 2000			DEZEMBRO 2001		
	TOTAL	PREVI RIO	SEM PREVI RIO	TOTAL	PREVI RIO	SEM PREVI RIO
Disponibilidades em 31/12	1.118.269	573.854	544.415	2.440.529	809.747	1.630.782
(-)Saldo de RP em 31/12	156.596	71	156.525	443.754	52.761	390.993
(-)Outros Passivos Financeiros	262.085	2.689	259.395	257.982	7.858	250.124
Suficiência de Caixa	699.588	571.094	128.495	1.738.793	749.128	989.664

Em R\$ mil



A Lei de Responsabilidade Fiscal procura que os governos busquem ter uma gestão fiscal responsável e equilibrada dos recursos públicos. Neste sentido, há duas maneiras de se enquadrar na LRF: reduzindo a despesa ou aumentando a receita. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, imbuída em fazer valer o espírito da lei, procurou adotar as duas alternativas.

Prefeito

Cesar Maia

Vice-Prefeito

Marco Antonio de Moura Vales

Controlador Geral

Lino Martins da Silva

Subcontrolador

Vinícius Costa Rocha Viana

Contadora Geral

Fátima Rosane Machado Barros

Auditora Geral

Marcia Andrea Peres Suzano Teixeira da Silva

Coordenadora Geral de Normas e Informações Gerenciais

Tanize Maria Lunes Pimentel Richa Ribeiro

Coordenadora das Gerências Setoriais

Rosângela de Fátima Dias dos Santos

Coordenador de Informática

Adilson Mello de Figueiredo

Diretora de Administração

Vanda Tereza Pastro

Coordenador de Recursos Humanos

Francisco José dos Santos Alves

Assessora de Comunicação

Sonia Virgínia Moreira

Produção Editorial

Assessoria de Comunicação Social / CGM

Supervisão Editorial

Sonia Virgínia Moreira

Projeto gráfico

Inez Torres

Apoio Técnico

Renato Stavale

Fotolitos e Impressão

Zoomgraf-k Ltda.

Acompanhamento de produção

EntreLugar Produção Gráfica

Alexandre Farbiarz

Coordenadoria Geral de Normas e Informações Gerenciais

Coordenadoria de Estudos e Análise de Informações Gerenciais

Coordenador: Marcos Mizurine/CGM

Gustavo Fontoura Cretton/CGM

Henrique Luiz Cukierman/CGM

Jacqueline Ferreira Dutra/CGM

José Luiz Ribeiro de Brito/CGM

Marcelo Cardoso Paes de Loureiro/CGM

Mônica Dantas Paulo/CGM

Raquel de Souza/CGM

Coordenadoria de Normatização, Orientação e Integração Organizacional

Coordenador: Mônica Nascimento Magalhães/CGM

Birajara Francisco Serapiao/CGM

Carlos Otávio Antunes Lopes/CGM

Etelvina Maria Cortes/CGM

José Roberto Freixo Ribeiro/CGM

Luís Antonio de Loyola Reis/CGM

Luiz Francisco Barata Meireles/CGM

Maria das Graças Luz Santanna/CGM

Mario Renno da Silva/CGM

Miguel Ângelo Campos Teixeira/CGM

Richard Pruss/CGM

Sérgio Murta Ribeiro/CGM

Sula Franca Floret/CGM

Tossi Kassae/CGM

Coordenadoria de Estudos e Análise de Custos

Coordenador: Geraldo de Abreu Júnior/CGM

Adilson de Souza Soares/CGM

Angélica de Almeida Fonseca/CGM

Christiano Lacerda Ghuerrren/CGM

Haroldo Figueiredo/CGM

Isabela Reboucas Chaves/CGM

Jorgina Vieira dos Santos/CGM

Wagner Rosa/CGM

Contadoria Geral

Adilson Paulino da Silva	Márcia Maria Alves Pinheiro
Adriana Cristina Camões Brandão	Marcio Martins Loureiro
Alexandre Torres da Cunha	Maria das Graças Maia Cordeiro
Aline Ferreira da Silva Teixeira	Maria de Fátima Gouveia
Amanda Sheila Ferreria Fontoura	Nádia Assunção Fernandes Neves
Angela de Arezzo Meireles	Nádia da Silva de Oliveira
Arcelio Dutra de Brito	Nilcéa Regina Leal
Aurélia de Jesus	Nilo Barreto Gomes Filho
Carlos Maurício Borup Bakker	Paulo da Silva Andrade
Cesar Maurício Gomes Soares	Paulo Silva de Menezes
Cláudio Dias	Paulo Vinicius Soares Vieira
Clivaldo Guimarães Paes	Rafael Cabral Ribeiro
Dager Salles Amaral	Regina da Cruz Ribeiro
Elizabeth Coó Moledo	Rita de Cássia Pinheiro de Santilhana
Elsa Moreira da Silva	Roberto Miguel Pereira
Flávio Vital de Oliveira Vasco	Rosângela Pereira Ramos
Gabriela Mendonça de Oliveira	Sebastião Machado de Carvalho
Ivanilde dos Santos	Sidney de Oliveira
Janete Prudente Gomide	Vanessa da Silva Quito Antunes
Joaquim Fumio Komatsu	Vânia Ribeiro Pellizzaro
José Augusto Vieira Campos	Vânia Rodrigues de Souza
José Paulo de Menezes Júnior	Vera Lúcia de Vasconcellos Costa Mattos
Laerce Constancia de Carvalho	Wanise de Melo Pinheiro
Leonardo Soares Bensabat	

Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria

Coordenadora: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva

Aderaldo de Castro Lira Filho – SMA / SETUR / SEPDA

Afonso Celso Gonçalves Frederick – SMO

Carlos Alberto Correia da Silva – SMH

Cláudia Figueiredo G. T. de Medeiros – SMF / SEDECT

Clementina da Cunha Carvalho – SMC / CGM

Jorge Willian Ponzó Mathias – SMS

Márcia Cristina Dias Rodrigues Braga – SMDS / SETI

Marco Antônio Ferreira – SMG / GBP / SEPE / SEAE

Regina do Carmo Cardoso Aguiar – SMTb / PGM

Rosane Aparecida Lima – SMTr / SMEL / SEPDO

Rosane Affonso – SME

Silvânia Conceição de Frias – SMU / SMAC

Gerências de Contabilidade do Poder Legislativo

Sandra Maria de S. Azevedo – TCMRJ

Luís Carlos de Souza Moreira Filho – CMRJ

Equipe IplanRio do Sistema Fincon

José Roberto de Souza Almeida

Luiz Carlos Miranda Martins

Paulo Roberto Monteiro Chaves